



Vanessa Cristina Trindade Bruno

Relatório de Estágio Curricular no Julgado de Paz de Lisboa

A não obrigatoriedade de constituição de advogado nos Julgados de Paz

Relatório com vista à obtenção do grau
de Mestre em Ciências Jurídicas Forenses

Orientadora:

Professora Doutora Margarida Lima Rego, Professora da Faculdade de Direito da
Universidade Nova de Lisboa

Fevereiro de 2015



Vanessa Cristina Trindade Bruno

Relatório de Estágio Curricular no Julgado de Paz de Lisboa

A não obrigatoriedade de constituição de advogado nos Julgados de Paz

Relatório com vista à obtenção do grau
de Mestre em Ciências Jurídicas Forenses

Orientadora:

Professora Doutora Margarida Lima Rego, Professora da Faculdade de Direito da
Universidade Nova de Lisboa

Fevereiro de 2015

Declaração Antiplágio

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as citações estão correctamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética e disciplinar.

O presente trabalho contém um total de 134680 caracteres, incluindo espaços e notas de rodapé, cumprindo o disposto nas regras para entrega de relatório de estágio dos Mestrados da FDUNL.

Dedicatória

À minha família pelo apoio incondicional durante estes anos!

Agradecimentos

Durante a realização do estágio curricular, bem como durante a preparação do relatório, foram muitos aqueles que comigo se cruzaram e me auxiliaram.

A todos eles não posso deixar de agradecer.

Em especial aos meus colegas de estágio, às minhas colegas de residência, à minha orientadora de relatório, a Professora Doutora Margarida Lima Rego, e ao meu orientador de estágio, o Dr.º João Chumbinho.

Obrigado pela paciência, pela dedicação e pelos conhecimentos transmitidos!

Modo de Citar

No presente trabalho, todas as citações se encontram devidamente identificadas e a sua fonte assinalada entre parênteses (autor, data e página), seguindo a norma portuguesa NP 405.

A informação completa poderá ser consultada na lista bibliográfica disponibilizada na parte final do trabalho.

Na redacção do presente texto não foi utilizado o novo acordo ortográfico.

Lista de abreviaturas

Ac. – Acórdão

CC – Código Civil

CPC – Código de Processo Civil

CRC – Constituição da República Portuguesa

EOA - Estatuto da Ordem dos Advogados

LOSJ – Lei da Organização do Sistema Judiciário (Lei nº 62/2013 de 26 de Agosto)

LJP – Lei dos Julgados de Paz (Lei nº 78/2001 de 13 de Julho, actualizada pela Lei nº 54/2013 de 31 de Julho)

TC – Tribunal Constitucional

LAJ – Lei do Apoio Judiciário (Lei nº 34/2004 de 29 de Julho, alterada pela Lei nº 47/2007 de 28 de Agosto)

Resumo

O trabalho que se expõe é o resultado do estágio curricular realizado no Julgado de Paz de Lisboa, entre Setembro de 2014 e Dezembro de 2014, no âmbito do Mestrado em Direito – Ciências Jurídicas Forenses.

Iniciamos o nosso trabalho com a descrição das actividades desenvolvidas durante o estágio curricular, bem como a exposição do tema proposto.

De seguida, passamos à apresentação da figura dos Julgados de Paz, da sua organização, da sua competência e do seu processo, comparando-o com o regime dos Tribunais Judiciais.

Depois, descrevemos, desde uma perspectiva histórica, a figura do advogado, bem como os princípios mais relevantes para o tema.

Posteriormente, abordamos o regime jurídico vigente, tanto nos Julgados de Paz, como nos Tribunais Judiciais, acerca da questão da obrigatoriedade (ou não) da constituição de advogado.

Concluímos o nosso estudo com a tomada de posição acerca do tema, bem como a proposta de solução para o mesmo.

Abstract

This project is the result of a four months internship at the “Julgado de Paz de Lisboa” between September and December of 2014. The internship was a necessary requirement for completing the Master’s degree in Law.

In the first section we describe all the work developed during the internship and expose the main topic of the thesis.

The second section describes the structure of the “Julgados de Paz” as well as its competences and its procedures. We also highlight the main differences between the “Julgados de Paz” and the “Tribunais Judiciais”.

In the third section we describe the figure of the lawyer taking a historical perspective as well the most relevant principles for the topic of the thesis.

The fourth section analyses the present legislation both at the “Julgados de Paz” as well as the “Tribunais Judiciais” it what respects mandatories of the requirement of a lawyer.

In the final section we present our conclusions and our proposals for solving the existing anomalies that arise from the present regime.

1 Introdução

No âmbito do Mestrado em Direito – Ciências Jurídicas Forenses, surgiu a oportunidade de realizar o estágio curricular no Julgado de Paz de Lisboa.

No decorrer deste estágio foram surgindo várias questões acerca do funcionamento deste tipo de tribunais e, entre muitas, a que mais curiosidade despertou foi o facto de não ser obrigatória a constituição de advogado para propor uma acção nos Julgados de Paz.

Com a legislação anterior não se levantava qualquer questão com esta posição do regime ou, pelo menos, às que se colocavam faltava fundamento e coesão.

No entanto, maiores dúvidas se levantam com a alteração da Lei dos Julgados de Paz em 2013 e o subsequente aumento do valor das acções para as quais os mesmos têm competência, que passou dos € 5.000 para os € 15.000.

Pretende-se, assim, com este estudo, averiguar quais os fundamentos daquela tomada de posição do legislador e se estes ainda se observam com a alteração legislativa de 2013.

Sendo uma modificação do regime recente, deseja-se apurar se a aplicação do mesmo não afecta a esfera dos cidadãos e se os princípios basilares em que o nosso ordenamento assenta estão a ser (ou não) respeitados.

Pretende-se, no fundo, averiguar se esta alteração do regime foi a melhor opção tomada pelo legislador e a mais vantajosa para os cidadãos, já que o fim último do Direito e da Justiça é “servir o povo”.

Além desta temática, faremos ainda uma abordagem mais genérica em relação aos Julgados de Paz, nomeadamente, acerca da sua organização, competência e processo, comparando-o com o regime dos tribunais judiciais, sem nunca olvidar a sua compreensão histórica.

2 Relatório de Estágio

2.1 Relato das actividades desenvolvidas

O estágio curricular desenvolvido no Julgado de Paz foi realizado no período entre 22 de Setembro de 2014 e 22 de Dezembro de 2014, no âmbito do Mestrado em Direito – Ciências Jurídicas Forenses da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Durante o estágio tive a possibilidade de assistir ao trabalho desenvolvido numa secretaria de tribunal, bem como ao trabalho realizado pelos Juízes de Paz.

Inicialmente a minha abordagem foi um pouco mais teórica incidindo sobre a legislação em vigor acerca da matéria dos Julgados de Paz. Foram ainda concedidas algumas acções de formação por parte dos técnicos sobre o tribunal, as fases do processo e, bem assim, sobre a dinâmica dos Julgados de Paz. Terminei esta primeira fase com a análise e consulta de alguns processos já findos.

Após esta primeira abordagem, iniciei a parte prática do estágio. Comecei por assistir ao atendimento ao público, onde se dão entrada a acções para as quais o Julgado de Paz tem competência, bem como de contestações de processo que aqui correm os seus termos. Além da entrada de acções e contestações, também se concede informações às partes acerca do processo, do seu estado, ou mesmo acerca da qualidade que adquiriram com a entrada do processo no Julgado de Paz.

De seguida fui encaminhada para a parte mais administrativa, mas que, ainda assim, me permitiu ter uma visão alargada sobre o funcionamento do tribunal.

Neste âmbito, realizei, ainda, algumas notificações de julgamento, de contestações, bem como de decisões finais ou despachos finais.

Após este trabalho administrativo, fui encaminhada para as sessões de pré-mediação e mediação. Aqui, verifiquei que alguns dos processos terminam por acordo, uma vez que aceitando este serviço, as partes já demonstram que se encontram abertas para o diálogo e para a resolução do litígio por acordo. O papel do mediador é bastante importante, não só para se alcançar o acordo, uma vez que encaminha as partes para um sentido em comum, mas também para garantir um acordo justo e proporcional para as partes.

Por fim, assisti a audiências de julgamento e realizei alguns trabalhos que o meu orientador de estágio, o Dr.º João Chumbinho, me solicitou, nomeadamente, a realização de um resumo das actividades desenvolvidas nas primeiras semanas de estágio, um Parecer acerca do Decreto-Lei nº 222/2009 de 11 de Setembro e toda a problemática envolta acerca dos novos critérios a ter em conta para o cálculo do valor do seguro de vida a pagar quando sejam associados a créditos à habitação e, ainda, algumas sentenças.

Depois das audiências de julgamento, houve sempre disponibilidade por parte do Dr.º João Chumbinho para abrir um espaço de discussão acerca dos temas em causa naquelas e, bem assim, acerca da posição que eu tomaria caso tivesse o papel de Juíza.

Foi uma experiência gratificante que me permitiu ter um contacto muito próximo com o ambiente laboral.

Este estágio possibilitou o meu crescimento, não só pessoal, mas, acima de tudo, a nível académico, já que, tanto os juízes de paz, como o pessoal de secretaria contribuíram para o alargamento dos meus conhecimentos jurídicos e científicos.

2.2 Conclusão e remissão para o tema proposto

O estágio curricular realizado nos Julgados de Paz contribuiu para a ampliação dos meus conhecimentos, essencialmente em termos práticos, acerca do funcionamento de um tribunal.

Permitiu verificar o trabalho que dia após dia tem de ser realizado para que um processo siga os seus termos até à prolação de uma decisão que faça justiça. Não é apenas decidir! É necessário todo um trabalho que não se vê, mas que é importante, ainda que muitas vezes fique por detrás das luzes da ribalta.

Por outro lado, sendo este um tribunal que privilegia o contacto mais directo com os utentes, bem como decisões mais expeditas, permitiu verificar, também, o sucesso que os Julgados de Paz têm no meio jurisdicional.

Urge mais e melhor direito e ocorre-me que os Julgados de Paz serão uma boa opção.

Ainda assim, como todos os sistemas em desenvolvimento, os Julgados de Paz não são perfeitos e necessitam de ser aperfeiçoados.

Inicialmente, quando foram criados, apenas comportavam acções cujas causas não excediam o valor das causas da competência dos tribunais de 1ª instância.

No entanto, com a Lei nº 54/2013 de 31 de Julho, este valor foi alterado para os € 15.000 (artigo 8º da LJP).

Os Julgados de Paz passaram a ter competência para acções cujo valor se distanciou e autonomizou do valor da alçada dos tribunais de 1ª instância.

Logicamente, a sua competência foi alargada, permitindo que os Julgados de Paz pudessem decidir sobre um maior número de questões de fundo e, bem assim, com um elevado grau de especialização e importância.

Ainda assim, tal como no regime anterior, continua sem ser obrigatória a constituição de advogado pelas partes, independentemente do valor da acção. Tudo em nome de uma justiça de proximidade. Podem fazer-se acompanhar por eles, mas não será obrigatória a sua representação.

Não se entende esta opção legislativa, mais ainda quando as decisões dos Julgado de Paz de valor superior a € 2.500,01 são susceptíveis de recurso (artigo 62º da LJP) e, para a sua interposição e seguimento, já será obrigatória a constituição de advogado (artigo 38º, nº 3 da LJP e artigo 40º, nº 1, alínea c) do CPC ex vi artigo 63º da LJP).

Isto é, o regime legal em vigor dá mais relevância a um recurso, do que à decisão que conhece a questão de fundo, declarando a solução para um caso concreto.

Por sua vez, o valor da alçada dos tribunais de 1ª instância manteve-se nos € 5.000 (artigo 44º, nº 1 da LOSJ). Aqui, será obrigatória a constituição de advogado em certas causas ainda que as mesmas se encontrem abaixo do valor da alçada (isto é, dos € 5.000), nos termos do artigo 40º, nº 1, alínea b), conjugado com o artigo 629º, nº 2 do CPC.

Verificamos, assim, mais um argumento em detrimento desta opção legislativa.

Os Julgados de Paz são tribunais como quaisquer outros, pelo que não se encontra justificação para esta opção legislativa (artigo 209º, nº 2 da CRP).

Esta foi a problemática suscitada aquando da realização do estágio curricular. Será, portanto, o tema que de seguida vamos analisar.

3 Julgados de Paz

3.1 Origem

Em Portugal, os Julgados de Paz já vigoraram, ainda que configurados de uma forma distinta da actual. A sua existência remonta aos primórdios da nacionalidade. Em regra, os Julgados de Paz eram associados ao foral de uma localidade (Ferreira, 2005).

Mais tarde, com a Constituição de 1822, prescreveu-se a existência de Juízes de Facto que, segundo o disposto no artigo 195º, guiariam os Juízos de Conciliação, e teriam, ainda, as competências do artigo 181º. Eram, sem dúvida, os Juízes de Paz (Ferreira, 2005, p. 73).

Em 1826, com a Carta Constitucional, viabiliza-se a possibilidade de as partes processuais nomearem Juízes Arbitrários. Mais ainda, se não houvesse uma tentativa conciliatória anterior, não poderia haver processo (Ferreira, 2005, p. 75). Para tal fim, existiam Juízes de Paz, que foram instituídos pelos artigos 40º a 50º do Decreto nº 24 de 15 de Maio de 1832.

Esta mesma ideia foi, novamente, reiterada pela Constituição Política de 1838, ainda que com algumas excepções.

Em todos estes momentos consegue-se confirmar a sua existência através de um indicador: o seu carácter conciliador (Ferreira, 2005, p. 75).

Mais recentemente, em 1944, o Estatuto Judiciário conferia ao Juízes de Paz competência para a prática de alguns actos processuais simples, bem como aqueles que lhe fossem delegados pelo Juiz de Comarca.

Ainda assim, o Estatuto Judiciário de 1962 dissimulou-o, confiando-lhe apenas tarefas estranhas à função judicial.

Paralelamente aos Juízes de Paz, haviam sido criados, em 1931, os tribunais municipais.

Foram ambas iniciativas frustradas.

Em 1975 foram criadas as Comissões de Conciliação e Julgamento na área do Direito do Trabalho, através do Decreto-Lei nº 463/75 de 27 de Agosto. Porém, não tiveram sucesso (Pedroso, Trincão, & Dias, 2003, p. 255), tendo sido extintos pela Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais de 1977.

Já em 1979, foram realizados esforços no sentido da criação dos Julgados de Paz, através do Decreto-Lei nº 539/79 de 31 de Dezembro de 1979. Porém, tal iniciativa não obteve frutos, uma vez que a Assembleia da República recusou a sua ratificação.

Apenas com a revisão Constitucional de 1997 se reconsiderou a importância dos Julgados de Paz, acrescentado ao nº 2 do artigo 209º da Constituição da República Portuguesa, com a expressão “e Julgados de Paz”, a possibilidade de criação deste tribunal.

Não obstante, apenas em 2001 se estatui o seu regime legal, através da Lei nº 78/2001 de 13 de Julho (Lei Quadro dos Julgados de Paz).

Foi, assim, desbravando-se o caminho no sentido de assegurar a (co) existência dos Julgados de Paz, paralelamente aos tribunais judiciais.

3.2 Regimes semelhantes

Em Espanha, os Juízes de Paz surgiram em 1855 e viram o seu estatuto ser remodelado ao longo dos anos através de diversas reformas legislativas (Pedroso, Trincão, & Dias, 2003, p. 211).

Os *Juzgados de Paz* tinham como finalidade dotar o ordenamento jurídico de um meio alternativo de resolução pacífica dos conflitos entre os cidadãos (Pedroso, Trincão, & Dias, 2003, p. 213).

Actualmente, encontram-se regulados pela *Ley Orgánica del Poder Judicial*. Esta estatuiu que cada município de Espanha deverá ter um Juízo de Primeira Instância ou um Julgado de Paz, elevando este último a primeiro grau de jurisdição do Estado Espanhol (Pedroso, Trincão, & Dias, 2003, p. 216).

Segundo o disposto no artigo 100º daquela lei, os Julgados de Paz são competentes para conhecer, em primeira instância, de matéria cível, produzindo sentenças e execuções dos processos que incidam sobre as mesmas (Pedroso, Trincão, & Dias, 2003, p. 219). Os recursos destas decisões cabem aos tribunais de primeira instância da circunscrição.

Têm, ainda, competência em matéria penal, remetendo para a *Ley del Enjuiciamiento Criminal* de 1995.

Não obstante, a *Ley del Enjuiciamiento Civil* de 2000 veio limitar a actuação dos Julgados de Paz a diligências de menor dificuldade (Pedroso, Trincão, & Dias, 2003, p. 225).

Em Espanha, “os Julgados de Paz são de grande importância para a primeira instância, auxiliando no desempenho da administração da Justiça” (Pedroso, Trincão, & Dias, 2003, p. 226).

Por sua vez, temos o regime dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Brasil, nos quais nos inspiramos para criar o regime jurídico dos Julgados de Paz em Portugal.

A primeira figura que surgiu no Brasil foi criada pela Lei nº 7.244, de 7 de Novembro de 1998, sob a designação de Juizados de Pequenas Causas. Estes haviam sido precedidos pelos Juizados Informais de Conciliação, existentes nas cidades do Estado de São Paulo (Pedroso, Trincão, & Dias, 2003, p. 236).

A sua designação foi alterada para Juizados Especiais Cíveis e Criminais, através da Lei nº 9.009, de 26 de Setembro de 1995, regime actualmente em vigor.

De acordo com esta lei, os Juizados deverão pautar a sua intervenção segundo os princípios da oralidade, informalidade, simplicidade, celeridade e economia processual (Pedroso, Trincão, & Dias, 2003, p. 237).

Ainda assim, a lei estatui que é obrigatória a constituição de advogado para acções que tenham um valor entre 20 a 40 salários mínimos. O mesmo se diga em relação aos recursos.

O que se pretende é abrir caminho na “fechada administração da Justiça”, apelando a um “envolvimento da sociedade na resolução dos conflitos” (Pedroso, Trincão, & Dias, 2003, p. 246). Para tal, incorreu-se na desformalização do processo, dotando-o de eficiência, proximidade e rapidez (Pedroso, Trincão, & Dias, 2003, p. 247).

No fundo, o que se pretende é aproximar a justiça aos cidadãos (Pedroso, Trincão, & Dias, 2003, p. 238) e, concomitantemente, “dar uma resposta atempada ao delito, bem como à reparação dos danos à vítima” (Pedroso, Trincão, & Dias, 2003, p. 254).

3.3 Organização

Os Julgados de Paz são tribunais, ainda que extrajudiciais, e têm base constitucional no artigo 209º, nº 2 da Constituição da República Portuguesa, regendo-se pelo disposto na sua Lei-Quadro, isto é, a Lei nº 78/2001, de 13 de Julho, recentemente alterada pela Lei nº 54/2013 de 31 de Julho (Ferreira, 2014, p. 37).

A sua caracterização como Tribunal é reforçada pela sua consagração na Lei de Organização Judiciária (Lei nº 62/2013, de 26 de Agosto), nomeadamente nos artigos 29º, nº 4 e 151º do diploma (Ferreira, 2014, p. 40).

Os Julgados de Paz são tribunais incomuns que se baseiam na ideia da “justa composição” do litígio (Ferreira, 2014, p. 44;46), isto é, na procura da pacificação e tranquilização individual e social, privilegiando-se a via do acordo razoável e justo (artigo 2º, nº 1 da LJP).

Baseiam-se nos princípios¹ da participação, do estímulo ao acordo, da simplicidade, da adequação, da informalidade, da oralidade e da absoluta economia processual, como se pode verificar pelo disposto no nº 2, do artigo 2º da LJP.

É à luz destes princípios que todas as regras da Lei dos Julgados de Paz deverão ser interpretadas.

Nos Julgados de Paz pretende-se que os cidadãos sejam partes activas do processo (princípio da participação), tentando chegar eles próprios a uma solução para o seu caso concreto (princípio do estímulo ao acordo ou auto-composição dos litígios). Ou seja, “não se pretende que a parte seja um espectador do seu próprio caso, mas antes um participante activo e informado” (Gouveia, 2012, p.

¹ Sem prejuízo do seu desenvolvimento mais adiante neste texto, faremos, desde já, uma breve descrição dos princípios em causa.

291). Daí que, nos Julgados de Paz as partes tenham de comparecer pessoalmente e sejam ouvidas em sede de audiência de julgamento. A solução para o seu caso concreto procura-se através do acordo, seja em sede de mediação ou em sede de conciliação.

“O princípio da simplicidade, conjuntamente com os princípios da informalidade (que pretender dar importância apenas ao conteúdo dos actos e não à sua forma) e da celeridade, permitem uma agilização dos processos muito mais elevada em comparação com aquilo que acontece nos tribunais judiciais” (Chumbinho, 2007, p. 87), uma vez que possibilita a eliminação de todos os ritos que não tenham conteúdo útil para o processo.

Já o princípio da adequação exige que o processo seja tramitado de forma ajustada, isto é, segundo formas apropriadas às especificidades em causa, à luz do critério de equidade objectiva e justificada (Ferreira, 2014, p. 48).

O princípio da oralidade impõe que as partes comuniquem entre si, bem como com o Juiz, abrindo espaço para uma “via de proximidade humana” (Ferreira, 2014, p. 49).

Por fim, o princípio da absoluta economia processual obriga a que os “actos processuais sejam reduzidos ao mínimo indispensável” (Ferreira, 2014, p. 49), proibindo-se a prática de actos processuais inúteis (Chumbinho, 2007, p. 97).

Pretende-se, com os Julgados de Paz, fazer justiça em tempo útil, dando acolhimento ao princípio da celeridade.

Deseja-se “realizar a chamada Justiça de Proximidade” (Ferreira, 2014, p. 50), em todas as suas vertentes (pessoal, do conhecimento, temporal, localizadora e geográfica), bem como pôr em prática o direito de acesso ao direito e tutela jurisdicional efectiva, consagrado no artigo 20º da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente, nas vertentes de um processo equitativo e expedito.

Também lhes são aplicáveis os princípios que estão consagrados no CPC, nomeadamente o princípio de cooperação, por via da remissão efectuada pelo artigo 63º da LJP.

São tribunais criados por diploma do Governo, mas com prévia audição de certas entidades (artigo 3º, nº 1 da LJP). Já a sua instalação fica na dependência de Portaria do Ministério da Justiça (artigo 3º, nº 3 da LJP). Estes dois momentos, bem como o seu funcionamento estão sujeitos ao acompanhamento do Conselho dos Julgados de Paz (artigo 65º da LJP) (Ferreira, 2014, p. 55).

Outra particularidade deste tipo de tribunais prende-se com o valor das custas, que se fixam nos € 35², pago pelo demandante com a entrada do processo no tribunal e pela parte demandada aquando da pré-mediação ou com a primeira intervenção no processo. Caso se chegue a acordo, as custas do processo são reduzidas a um total de € 50, sendo devolvidos € 10 a cada parte (artigo 7º da Portaria nº 1456/2001 de 28 de Dezembro actualizada pela Portaria nº 209/2005 de 24 de Fevereiro).

Deve ainda ter-se em conta que também aqui se aplica o regime do apoio judiciário (artigo 40º LJP), pelo que também poderá haver isenções do pagamento de custas.

Relativamente à sua estrutura, os Julgados de Paz, conforme a sua dimensão e o volume de serviço, podem ser divididos em secções, devendo, a cada uma destas, corresponder um Juiz de Paz (Ferreira, 2014, p. 101). Esta divisão encontra-se prevista no artigo 15º da LJP.

Por sua vez, todos os Julgados de Paz fornecem um serviço de mediação, segundo o disposto no artigo 16º da LJP. Com este serviço pretende-se que as partes dialoguem e cheguem a acordo. Ou seja, que as partes sintam que o processo se encontra na sua disponibilidade, ainda que dirigido por um terceiro –

² Artigo 5º da LJP e artigos 3º e 5º da Portaria nº 1456/2001 de 28 de Dezembro actualizada pela Portaria nº 209/2005 de 24 de Fevereiro.

o mediador -, e consigam mais facilmente encontrar uma solução que lhes pareça justa.

Por outro lado, cada Julgado de Paz comporta, ainda, um serviço de atendimento e de apoio administrativo. Ambos integram a secretaria dos Julgados de Paz (Ferreira, 2014, p. 112). O primeiro serviço é vocacionado para o atendimento dos utentes e suporta uma função informativa, mas não de aconselhamento pessoal, nem jurídico.

Já o serviço de apoio administrativo tem mais um alcance executivo (Ferreira, 2014, p. 112), procedendo ao envio de correspondência, a notificações e a citações.

Ambos se encontram previstos no artigo 17º da LJP.

É dado o privilégio ao uso de meios informáticos, nos termos do artigo 18º da LJP, de forma a possibilitar uma agilização do processo.

Como se pode verificar, os Julgados de Paz estão vocacionados para beneficiar as pessoas, auxiliando-as na resolução dos seus problemas de uma forma expedita e eficaz, através de uma configuração de proximidade e numa lógica de serviço.

3.4 Competência

Relativamente à competência há que ter em conta os artigos 6º e seguintes da LJP.

A sua competência cinge-se a acções cíveis a que caiba processo declarativo (artigo 6º, nº 1 da LJP e 151º, nº 1 da LOSJ) (Ferreira, 2014, p. 75). Esta é a sua competência em razão do objecto.

Qualquer acção que extravase este âmbito, determina a incompetência do tribunal, sendo esta de conhecimento oficioso e determinando a remessa do processo para o tribunal competente, nos termos do artigo 7º da LJP (Ferreira, 2014, pp. 79-80).

Já em razão do valor, podem dar entrada nos Julgados de Paz acções cujo valor não ultrapasse os € 15.000 (artigo 8º da LJP). Para a definição do valor da acção, são utilizados os critérios dos artigos 296º e seguintes do CPC (Ferreira, 2014, p. 81).

Antes da reforma legislativa de 2013, as acções que davam entrada nos Julgados de Paz apenas podiam ter um valor até € 5.000, ou seja, o valor da alçada dos tribunais de 1ª instância.

Actualmente, esta situação modificou-se, ficando este valor independente do valor da alçada destes tribunais e permitindo que os Julgados de Paz tenham uma competência mais alargada (Ferreira, 2014, p. 81).

Relativamente à competência em razão da matéria, há que analisar o artigo 9º da LJP. Este preceito tipifica, dentro das acções declarativas, aquelas para as quais os Julgados de Paz têm poder de decisão. Como se pode verificar, os Julgados de Paz têm, ainda, uma competência em razão da matéria muito delimitada, cingindo-se a algumas questões de direito civil.

O artigo 10º da LJP refere-se à competência em razão do território, remetendo para os artigos 11º e seguintes da LJP. Assim, sempre que não existam Julgados de Paz, as acções continuarão a ser propostas nos tribunais judiciais. Como se pode verificar pela análise dos preceitos, estes correspondem *mutatis mutandis* aos preceitos do CPC que se referem a esta matéria, nomeadamente os artigos 70º, nºs 1 e 3, 71º, 80º e 81º, nº 2 do CPC (Ferreira, 2014, pp. 96-100).

3.5 Processo

3.5.1 Fase Inicial

Nos Julgados de Paz o processo inicia-se com a apresentação do requerimento inicial na secretaria.

Este pode ser aduzido oralmente, no atendimento ao público³, através de técnicos especializados que redigem as alegações apresentadas pela parte, ou por escrito, quando a parte exponha os seus argumentos no requerimento inicial em documento próprio.

Esta última opção pode ocorrer presencialmente ou via postal, nos termos do artigo 43º, nº 1 e 2 da LJP (Ferreira, 2014, pp. 188-189).

Com a entrada do processo nos Julgados de Paz é devida, pela parte demandante, o valor das custas que, actualmente, se fixa nos € 35 (artigo 5º da LJP e artigos 3º e 5º da Portaria nº 1456/2001 de 28 de Dezembro, alterada pela Portaria nº 209/2005 de 24 de Fevereiro).

Ao demandante, é-lhe apresentada a possibilidade de recurso aos serviços de mediação (Pereira, 2002, p. 195), serviços estes que são autónomos em relação aos Julgados de Paz⁴. Nestes, inclusive, poderão ser resolvidos litígios por acordo, em matérias para as quais os Julgados de Paz não têm competência, segundo o disposto no artigo 16º, nº 3 da LJP.

A mediação trata-se de uma forma de composição não jurisdicional de conflitos que tem base constitucional no artigo 202º, nº 4 da CRP (Ferreira, 2014, p. 103).

Estes serviços são dirigidos por profissionais habilitados para o efeito, designados por mediadores, segundo o disposto no artigo 24º da Lei nº 29/2013 de 19 de Abril.

³ Artigo 17º da LJP

⁴ Artigo 16º da LJP

O seu papel na mediação é crucial, uma vez que dirige as sessões de pré-mediação e mediação. Nestas, o mediador, tem de criar um ambiente de diálogo e cooperação para que ambas as partes consigam, conjuntamente, encontrar uma solução para o caso concreto, através do acordo.

Cada Julgado de Paz tem uma lista de mediadores credenciados a exercer, nos termos do artigo 33º da LJP. Esta lista destina-se a viabilizar a sua escolha pelas partes ou pela secretaria, nos termos do artigo 51º, nº 2 da LJP (Ferreira, 2014, p. 168). Ainda assim, os mediadores não fazem parte do quadro de pessoal dos Julgados de Paz.

Se a parte estiver interessada nesta hipótese, o processo é encaminhado para a mediação. Se não estiver interessada, o processo segue os trâmites normais até à audiência de julgamento (Pereira, 2002, p. 196).

Aqui, o papel do juiz de paz não é muito relevante, apenas assistindo ao regular desenvolvimento do processo. Entrará em acção quando o processo se encontre na fase de audiência de julgamento.

Nesta, ainda que tenha havido lugar à fase da mediação e não haja surgido acordo, o juiz iniciará por uma tentativa de conciliação (Ferreira, 2014, p. 152). Surge, aqui, num papel de conciliador.

Após a entrada do processo nos Julgados de Paz, surge o dever, sobre o tribunal, de citar a parte demandada (Pereira, 2002, p. 169)⁵, segundo uma das formas previstas no artigo 46º da LJP. Atentos que, nos Julgados de Paz, as formas de citação previstas são apenas a citação pessoal ou a citação por via postal.

A LJP não comporta a via da citação edital, ao contrário daquilo que acontece nos tribunais judiciais. Caso não se consiga citar o demandado, não obstante terem sido tomadas todas as diligências necessárias nesse sentido,

⁵ Artigo 45º da LJP

apenas se poderá recorrer à nomeação de defensor oficioso, a fim de se respeitar o direito de defesa.

Após a citação, o demandado tem um prazo de dez dias para contestar, nos termos do nº 1 do artigo 47º da LJP, prazo este que não poderá ser prorrogado (nº 2 do mesmo preceito).

Sendo apresentada contestação, há lugar a notificação da mesma, por parte dos Julgados de Paz, à parte demandante (artigo 47º, nº 3 da LJP).

Regra geral, não se admite pedido reconvenicional nas contestações apresentadas, salvo se as mesmas incidirem sobre compensações ou efectivações de direitos a benfeitorias ou despesas relativas à coisa cuja entrega lhe é pedida (Ferreira, 2014, p. 205), nos termos do artigo 48º, nº 1 da LJP.

Havendo admissibilidade do pedido reconvenicional, o demandante tem dez dias para se pronunciar sobre o mesmo, prazo este que será contado a partir da data da sua notificação (artigo 48º, nº 3 da LJP).

3.5.2 Fases da Pré-Mediação e da Mediação

São fases facultativas, ocorrendo, desde que “uma ou ambas as partes não tenham previamente afastado essa possibilidade”, nos termos do artigo 49º da LJP (Pereira, 2002, p. 195).

Na pré-mediação, “o mediador explica às partes em que consiste a mediação e verifica a predisposição destas para um possível acordo em fase de mediação”, segundo o disposto no artigo 50º da LJP (Pereira, 2002, p. 196).

Se não aceitarem passar à fase seguinte, o mediador comunica esta decisão ao juiz de paz através do Relatório de Pré-Mediação e o processo segue o seu percurso até à audiência de julgamento (artigo 50º, nº 3 da LJP).

Se, pelo contrário, aceitarem passar à fase da mediação, esta é de imediato agendada (artigo 50º, nº 2 da LJP), antecedendo-se pela assinatura do Protocolo

de Mediação (artigo 16º, nº 2 da Lei nº 29/2013 de 19 de Abril) (Ferreira, 2014, p. 210).

Como se pode verificar, é uma fase muito restrita em termos de objectivos (Ferreira, 2014, p. 208). O que se pretende é elucidar as partes acerca da sua posição na fase da mediação e em que medida consiste a mesma (artigo 16º, nº 1 da Lei nº 29/2013 de 19 de Abril).

Na fase da mediação, o que se deseja é que as partes resolvam o diferendo segundo um método relacional, isto é, que possam dialogar de forma amigável e chegar a um acordo justo para ambos.

Esta fase caracteriza-se por ser voluntária (artigo 4º da Lei nº 29/2013 de 19 de Abril), ou seja, as partes encontram-se nela de livre vontade (Ferreira, 2014, p. 207), pelo que também poderão desistir quando entenderem sem qualquer tipo de coinação (artigo 55º da LJP) (Ferreira, 2014, p. 231).

Aliás, mesmo que faltem e não justifiquem a falta, o processo simplesmente segue para a fase da audiência de julgamento (Pereira, 2002, p. 198), sem outra consequência (artigo 54º, nº 1 da LJP).

Por outro lado, é uma fase que se reveste da característica da confidencialidade (artigo 5º da Lei nº 29/2013 de 19 de Abril). Esta característica permite que as partes possam transmitir qualquer dado que possibilite um acordo, mas impedindo que estes dados novos (conhecidos durante a sessão de mediação) possam ser usados durante a audiência de julgamento (Ferreira, 2014, p. 224).

Mais ainda, todos os intervenientes (as partes, o mediador e mesmo os estagiários), ficam imbuídos do dever de guardar segredo, não podendo comentar ou transmitir informações adquiridas durante a mediação.

O mediador, por sua vez, tem um papel imparcial e isento, ou seja, não poderá tomar partido em relação a nenhuma das partes, nem poderá dar dicas ou conselhos em relação ao diferendo e possível acordo em causa. Apenas poderá encaminhar as partes, auxiliando-as para que cheguem a um ponto comum e

consigam alcançar o acordo. Isto é, apenas conduz a mediação (Ferreira, 2014, p. 226)

Nesta fase, quem dirige o processo são as próprias partes, daí esta opção legislativa em relação à actuação do mediador.

Se as partes não chegarem a acordo, ou o acordo for parcial, ou desistirem da mediação (artigo 19º da Lei nº 29/2013 de 19 de Abril), o processo segue o seu percurso normal até à audiência de julgamento (artigo 56º, nºs 2 a 4 da LJP).

Se, pelo contrário, chegarem a acordo, o mesmo será narrado num Acordo de Mediação que será encaminhado para homologação pelo juiz de paz (artigo 56º, nº 1 da LJP e artigo 14º, nº 3 da Lei nº 29/2013 de 19 de Abril), sem a qual não tem qualquer valor (Ferreira, 2014, p. 232). Este acordo homologado tem valor de sentença (Pereira, 2002, p. 202).

Havendo acordo, há lugar a redução das custas totais do processo para os € 50 (artigo 7º da Portaria nº 1456/2001 de 28 de Dezembro actualizada pela Portaria nº 209/2005 de 24 de Fevereiro).

Nos Julgados de Paz, o que se pretende é que os processos sejam tratados de uma forma rápida e eficaz, mas, acima de tudo, que se consiga alcançar a Paz Social. Para tal, nada melhor do que a opção de serem as próprias partes a “tomar as rédeas” do processo e a encontrar, em conjunto, uma solução para o caso e, assim, resolverem o litígio.

3.5.3 Fase da Audiência de Julgamento

Esta fase é o culminar de um processo nos Julgados de Paz. Chega-se a ela por uma das seguintes vias: quando as partes recusem o serviço de mediação aquando da propositura da acção ou, ainda que a não tenham recusado, nela não cheguem a acordo, cheguem a um acordo parcial ou dela desistam.

Nesta fase, já não são as partes a dirigir o processo, mas antes um terceiro: o juiz de paz.

Ainda assim, no início da audiência de julgamento, e encontrando-nos sobre uma máxima de conciliação (artigo 594º do CPC), o juiz de paz tenta que as partes cheguem a acordo, através de um diálogo cívico, sempre sob a sua alçada e orientação. “Não deve ser pressionante, mas deve evidenciar a importância do acordo, sem nunca deixar de ser imparcial” (Ferreira, 2014, p. 235).

Se houver acordo, o processo termina com a homologação do mesmo por parte do Juiz de Paz.

Não havendo acordo, passa-se à fase da audiência de julgamento propriamente dita (artigo 57º da LJP).

A fase da audiência de julgamento propriamente dita é constituída por três partes essenciais, nomeadamente, a audição das partes, a produção da prova (além da audição das partes) e a prolação da sentença (Ferreira, 2014, p. 234).

O juiz de paz começa por ouvir as alegações de cada parte, sem prejuízo de já as ter ouvido na fase da conciliação (Ferreira, 2014, p. 236).

De seguida, é realizada a produção de prova (artigo 59º da LJP), nomeadamente a apresentação de documentos relevantes e a audição de testemunhas. Atentos que, até ao dia de audiência de julgamento podem as partes apresentar as provas que entenderem ser úteis e necessárias, de entre aquelas que são admissíveis (Pereira, 2002, p. 214).

As testemunhas são a apresentar (Pereira, 2002, p. 214), ou seja, não é o tribunal que as notifica e podem ser alteradas até ao dia de audiência de julgamento sem qualquer cominação (artigo 59º, nº 2 da LJP). Podem mesmo faltar sem qualquer consequência para si mesmas.

Se for requerida prova pericial e a mesma for considerada necessária, o processo é remetido para um tribunal de 1ª instância, regressando, após a sua realização, para o Julgado de Paz.

Se houver mandatários forenses, deverá ser admitido que se produza uma curta alegação final, sobre os factos e direito (Pereira, 2002, p. 215).

Por fim, deverá ser proferida a sentença (artigo 60º da LJP). No entanto, se tal não for possível, o Juiz de Paz pode proceder à suspensão da audiência, marcando nova data e hora, para que possa decidir sobre a questão em causa (Ferreira, 2014, p. 248).

A sentença será pessoalmente notificada às partes (Pereira, 2002, p. 216), nos termos do artigo 60º, nº 2 da LJP.

De salientar que as sentenças dos Julgados de Paz têm o mesmo valor que as sentenças proferidas por um tribunal de 1ª instância, segundo o disposto no artigo 61º da LJP (Ferreira, 2014, p. 249).

3.6 Comparação com o processo declarativo nos Tribunais Judiciais

Cabe agora determinar a distinção entre os Julgados de Paz e os Tribunais Judiciais ao nível do seu processo.

Nos Tribunais Judiciais, o processo declarativo pode ser subdividido em quatro momentos: o dos articulados, o do saneamento e condensação, o da instrução e o do julgamento e prolação da sentença (Amaral, 2013, p. 181), ao contrário do que acontece nos Julgados de Paz em que o processo segue um único sentido, a fase de audiência de julgamento, salvo quando as partes optem pelos serviços de mediação.

Na fase dos articulados⁶ definem-se os termos da acção. É na petição inicial que o autor elabora o seu pedido, apresentando, também, o documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça, nos termos do artigo 552º, nº 3 do CPC.

Nos Julgados de Paz, é com a apresentação do requerimento inicial que se inicia o processo, bem como com o pagamento das custas, sem a qual o processo não segue os seus termos.

Com a sua entrada, o processo nasce e incumbe um dever sobre o tribunal de citação do réu – artigo 226º, nº 1 do CPC, o mesmo acontecendo nos Julgados de Paz, segundo o disposto no artigo 45º da LJP.

Será também com a petição inicial que o autor entrega o rol de testemunhas, bem como o requerimento de outras provas, o qual só poderá ser alterado se o réu apresentar contestação (artigo 552º, nº 2 CPC).

Diferentemente, nos Julgados de Paz, as provas são a apresentar, nos termos do artigo 59º da LJP. Significa isto que, até ao dia de audiência de julgamento, as partes podem apresentar as provas que acharem convenientes

⁶ Os articulados mais não são do que as peças processuais em que as partes expõem os fundamentos da acção e da defesa e formulam os pedidos correspondentes (artigo 147º, nº 1 CPC) (Amaral, 2013, p. 182). Correspondem, normalmente, à petição inicial e à contestação.

(Ferreira, 2014, p. 244). Ou seja, as provas não ficam cristalizadas com a apresentação do requerimento inicial, como acontece, em princípio, nos tribunais judiciais.

A petição inicial pode ser apresentada por transmissão electrónica de dados, ou, não havendo constituição de advogado, pode ser entregue em mão na secretaria do tribunal, remetida pelo correio sob registo ou através de telecópia – artigo 144º, nºs 1 e 7 do CPC (Amaral, 2013, p. 192).

Verificamos mais uma diferenciação entre os regimes. Nos Julgados de Paz, independentemente da constituição de advogado pelas partes, o requerimento pode ser apresentado por escrito, presencialmente nos Julgados de Paz ou via postal, ou, ainda, oralmente no atendimento ao público.

Já nos Tribunais Judiciais, a possibilidade de entrega presencial (e sempre escrita) apenas é possível quando a parte não constitua advogado, sendo que, quando este seja mandatado, a petição inicial chega sempre ao tribunal por transmissão electrónica de dados.

Após a entrada do processo no tribunal competente, há lugar a citação⁷ do réu. Actualmente, com o novo regime, é realizada pela secretaria oficiosamente, sem necessidade de prévio despacho do juiz (artigo 226º, nº 1 e 562º CPC), salvo nos casos do nº 4 do artigo 226º do CPC (Amaral, 2013, pp. 195-196).

Este regime assemelha-se em muito ao regime constante da LJP. Segundo o disposto no artigo 45º, nº 1 deste diploma, cabe também à secretaria a citação do demandado.

Nos Tribunais Judiciais, esta pode ser realizada por uma de duas vias, segundo o disposto no artigo 225º, nº 1 do CPC: pessoalmente ou por edital. Na primeira, pode realizar-se a citação através de transmissão electrónica de dados, por carta registada com aviso de recepção ou por contacto pessoal do agente de

⁷ A citação tem como função dar conhecimento ao réu de que contra ele corre um processo e dar-lhe oportunidade de se defender (artigo 219º, nº 1 CPC) (Amaral, 2013, p. 200).

execução ou de funcionário judicial com o citando (artigo 225º, nº 2 do CPC) (Amaral, 2013, pp. 204-210).

Se o citando se encontrar ausente em parte incerta ou sejam incertas as pessoas a citar, recorre-se à citação edital (artigos 236º e 240º e 243º ex vi 225º, nº 6 do CPC) (Amaral, 2013, p. 208).

Já nos Julgados de Paz, a citação ocorre por uma das vias do artigo 46º da LJP. Existem algumas semelhanças, à excepção da citação edital que não é permitida nestes tribunais. Para colmatar esta falta, há lugar a nomeação de defensor oficioso,

Ocorrendo a citação, o réu pode defender-se através da contestação, no prazo de 30 dias a contar daquela – artigo 569º, nº 1 do CPC (Amaral, 2013, p. 219), prazo este que é reduzido a 10 dias se nos referimos a uma contestação apresentada nos Julgados de Paz (artigo 47º, nº 1 da LJP).

Se o réu apresentar, na contestação, pedido reconvenicional, é dada a oportunidade ao autor para se pronunciar, através da réplica (Amaral, 2013, p. 253), diferentemente do que acontece nos Julgados de Paz em que não é admitido, por regra, pedido reconvenicional, salvo nos casos excepcionais da parte final do nº 1 do artigo 48º da LJP.

Encerrada a fase dos articulados, inicia-se a fase do saneamento e condensação. É nesta fase que o juiz tem o primeiro contacto com o processo (Amaral, 2013, p. 263), praticando os actos adequados que se enquadram na gestão inicial do processo (artigo 590º CPC), na audiência prévia (artigo 591º e seguintes do CPC) e no despacho saneador (artigo 595º CPC).

Na audiência prévia, tendencialmente obrigatória (artigos 591º e 592º CPC) (Amaral, 2013, p. 270), pretende-se que as partes cheguem a acordo através da conciliação (artigos 591, nº 1, alínea a) e 594º do CPC). Ficará ao dispor do critério do juiz a sua realização ou não.

Distintamente, nos Julgados de Paz, esta fase corresponde à parte inicial da fase de audiência de julgamento, que começa, obrigatoriamente, por uma tentativa de conciliação entre as partes, dirigida pelo juiz de paz.

Por fim, temos a fase da audiência final e prolação da sentença. Esta fase comporta a produção de prova, a decisão sobre a matéria de facto e ainda a prolação da sentença (Amaral, 2013, p. 363).

Esta inicia-se, se for possível, com uma tentativa de conciliação entre as partes (artigo 604º, nº 2 CPC) (Amaral, 2013, p. 365), que, sendo infrutífera, dará lugar à produção da prova. Quando esta terminar, é dada a palavra aos advogados para que enveredem pelas alegações orais ou debates (artigo 604º, nº 3, alínea e) e nº 5 do CPC) (Amaral, 2013, p. 369).

Nos Julgados de Paz, esta fase corresponde à fase de audiência de julgamento. Esta é, obrigatoriamente, antecedida por uma tentativa de conciliação. Se não tiver como desfecho um acordo entre as partes, passa-se à fase de audiência de julgamento propriamente dita.

Nesta, principia-se pela audição das partes (sem prejuízo de já terem sido ouvidas pelo juiz em sede de conciliação), segue-se com a produção da prova e termina-se com a prolação da sentença (Ferreira, 2014, p. 234).

É aqui que se denotam as principais diferenças. Nos Julgados de Paz, há uma maior vocação para que as partes consigam, entre si, resolver o litígio em causa, devendo o juiz proceder (sempre) à realização da conciliação no início da fase de audiência de julgamento. Nos Tribunais Judiciais, a conciliação é uma opção do juiz.

Por sua vez, nos Julgados de Paz a sentença é proferida na audiência de julgamento, salvo algumas excepções em que é permitido o seu adiantamento. Nos tribunais judiciais, a sentença é proferida no prazo de 30 dias (artigo 607º, nº 1 CPC) (Amaral, 2013, p. 387).

Esta constitui o ponto máximo do processo, uma vez que concede a solução ao caso concreto (Amaral, 2013, p. 411). Desta decisão cabe recurso para o tribunal superior (artigo 627º, nº 1 do CPC) (Amaral, 2013, p. 414).

Já da decisão proferida por um Julgado de Paz, cabe recurso para o tribunal de 1ª instância, nos termos do artigo 62º da LJP.

Concluindo, podemos afirmar que nos Julgados de Paz o processo é definido pela característica da celeridade, eliminando-se todos os ritos desnecessários e indo ao essencial da questão. Pretende-se um contacto próximo com as partes e, bem assim, uma decisão rápida e em tempo útil.

Distintamente, o processo nos Tribunais Judiciais, e apesar das alterações legislativas mais recentes, continua envolto em demasiados formalismos que levam a que o mesmo se arraste no tempo e que não permita, muitas vezes, emitir uma decisão em tempo útil.

4 Questão da não obrigatoriedade de constituição de advogado nos processos propostos nos Julgados de Paz

4.1 Origem e evolução da profissão de advogado

4.1.1 Antiguidade Oriental

Encontram-se vestígios da advocacia, ainda antes de esta ser considerada profissão, nas civilizações mesopotâmicas (Costa, 2006, p. 15), existindo também outras referências a actividades de defesa na civilização egípcia e, bem assim, na civilização hebraica, embora não se fizesse alusão aos defensores, em si mesmos.

4.1.2 Antiguidade Clássica

Na civilização grega conheceram-se os maiores oradores (Costa, 2006, p. 16). Foram, aqui, que surgiram as Leis de Drácon (624 A.C.) e Sólon (596 A.C.), permitindo o surgimento dos defensores. Designavam-se por *corógrafos* e eram remunerados pelo serviço prestado (Costa, 2006, p. 16).

Mas, é na civilização romana que surge a advocacia como profissão estruturada (Costa, 2006, p. 16).

Aqui, a origem dos advogados encontra-se nos *laudatores*, nos *patronus* ou nos *oratores*, uma vez que assumiam a defesa dos cidadãos, transformando-se nos *advocatus*. Estes, assumiram a posição de *júris peritus*. A sua actividade estava ligada ao patrocínio em juízo (*agere*) e ao aconselhamento sobre cautelas a observar nos negócios jurídicos (*cavere*). Além destas funções, tinham também a função de *respondere*, que consistia na emissão de pareceres sobre casos concretos e sobre a interpretação das leis (Costa, 2006, p. 17) (Arnaut, 2014, p. 24).

4.1.3 Idade Média

Na Alta Idade Média, o Advogado continuou a desempenhar as suas funções do mesmo modo que as exercia no Império Romano.

No entanto, a partir do século IX, a advocacia entra em declínio, deixando de existir como profissão liberal organizada (Costa, 2006, p. 20). Os juristas e *advocati* apenas continuavam a ter mérito e prestígio no Direito Canónico.

Em Portugal, no século XI, surgem diversas disposições que regulavam os profissionais práticos designados por “vozeiros” (Arnaut, 2014, p. 27). “Estes assumiam a “voz” ou defesa dos litigantes” (Costa, 2006, p. 21). Estão na origem do Advogado actual, ainda que não fossem juristas, já que careciam de rigor científico (Costa, 2006, p. 21).

A partir do século XIII, despontou o número de juristas formados em direito civil e direito canónico.

No entanto, a partir de 1332, com a proibição da dos advogados na Corte, a profissão entra em decadência, só se revertendo a situação pouco antes das Cortes de Coimbra, em 1385 (Costa, 2006, p. 26).

4.1.4 A advocacia ao longo do período das Ordenações

As ordenações Afonsinas incidiram sobre a temática dos advogados e seus requisitos. O mesmo aconteceu com as Ordenações Manuelinas, ainda que um pouco mais exigentes em termos de requisitos, exigindo o curso de Direito pela Universidade de Coimbra para quem quisesse exercer a advocacia (Costa, 2006, p. 30).

Por sua vez, as Ordenações Filipinas estatuíam como requisitos para se ser advogado a frequência de um curso de oito anos na Universidade de Coimbra, em Direito Canónico ou Civil (ou ambos). Se não fossem graduados, deveriam

ser examinados pelos Desembargadores do Paço, a fim de obter autorização para exercer a profissão (Costa, 2006, p. 33).

Neste período, a advocacia atingiu o seu “máximo de dignidade” (Costa, 2006, p. 34).

Em 1867, com a entrada em vigor do Código Civil, as Ordenações Filipinas foram revogadas e o estatuto do advogado ficou por definir (Costa, 2006, p. 37). Ainda em 1876, com a entrada em vigor do Código de Processo Civil, esta situação continuou por limitar.

Segue-se um período de alguma “estagnação da profissão”, só se vindo a alterar esta situação com a criação da Ordem dos Advogados, em 1926 (Decreto nº 11715 de 12 de Junho de 1926) (Costa, 2006, p. 37).

4.1.5 A advocacia na actualidade

O advogado actual é visto como o “profissional que participa activamente na administração da justiça, cabendo-lhe, de forma exclusiva, o patrocínio das partes” (artigo 208º da CRP e artigo 12º, nº 1 da LOSJ) (Costa, 2006, p. 43;46).

É um “servidor da Justiça e do Direito”, nos termos do artigo 83º, nº 1, parte inicial do Estatuto da Ordem dos Advogados. Será, portanto, um dos “fundamentos da Justiça” (Costa, 2006, p. 46).

É uma profissão de interesse público, daí a obrigatoriedade de inscrição na Ordem dos Advogados para que seja possível o seu exercício (Costa, 2006, p. 44).

Recaem, ainda, sobre eles, deveres para com a comunidade (artigo 85º do EOA), que se consubstanciam na defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos.

Impede-lhes, ainda, um dever de cooperação no processo e para com os seus colegas, a fim de se conseguir a justa composição do litígio em tempo útil.

4.2 Normas e princípios

Passamos agora à análise das normas e princípios com mais relevância para o tema em estudo.

Em primeiro lugar, há que salientar o artigo 202º da CRP. Este artigo diz respeito aos tribunais.

Ainda que não os defina, caracteriza-os como órgãos de soberania (Canotilho & Moreira, 2007, p. 506). Ou seja, ainda que existam diversas ordens ou categorias de tribunais, cada um deles corresponde a um órgão de soberania (Ac. TC. nº 81/86) (Canotilho & Moreira, 2007, p. 506).

Eles têm competência para administrar a justiça em nome do povo (Canotilho & Moreira, 2007, p. 507). Isto é, a “função jurisdicional, exercida por este órgão de soberania é uma expressão de soberania popular, tal como outras funções exercidas por outros órgãos de soberania.” (Canotilho & Moreira, 2007, pp. 507-508).

Por outro lado, são órgãos independentes, nos termos dos artigos 203º da CRP e 22º da LOSJ, sendo que apenas se sujeitam à lei. O princípio da independência pretende garantir a defesa dos tribunais perante os demais poderes do Estado (Canotilho & Moreira, 2007, p. 513), permitindo o respeito pela máxima do Estado constitucional e de direito democrático⁸ (Canotilho & Moreira, 2007, p. 513), nos termos dos artigos 2º e 9º, alínea b) da CRP.

Por sua vez, os tribunais também são independentes entre si, com excepção das relações de hierarquia (ordenação) e superintendência (artigos 210º,

⁸ O Estado de Direito Democrático consubstancia a ideia de que “o poder político se encontra, não só vinculado pelo Direito que cria (autovinculação), mas também relativamente a normas e princípios que não se encontram na sua disponibilidade (heterovinculação). Por outro lado, é um tipo de Estado social (...) visa implementar uma democracia política, económica, social e cultural, tendo como objectivo último (...) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária” (Otero, 2010, p. 51)

212º e 221º da CRP) e sem prejuízo do dever de cooperação que sob eles impende na administração da justiça (Canotilho & Moreira, 2007, p. 513).

Os tribunais encontram-se organizados por categorias, ainda que separadas entre si, com a sua estrutura e regime próprios (Canotilho & Moreira, 2007, p. 546), segundo o disposto nos artigos 209º da CRP e 29º da LOSJ. No entanto, “a pluralidade de jurisdições não implica pluralidade de princípios quanto às várias categorias de tribunais” (Canotilho & Moreira, 2007, p. 547). Todos eles se regem pelos mesmos princípios e com um único fim: a defesa dos direitos dos cidadãos, nos termos do artigo 202º, nº 2 da CRP.

Estas categorias formam o sistema judiciário.

De entre estas categorias contam-se, pois, os Julgados de Paz (artigos 209º, nº 2, in fine da CRP e 29º, nº 4, in fine e 151º da LOSJ).

Nestes, salienta-se a aplicação do princípio da informalidade (artigo 2º, nº 2 da LJP) que consubstancia um modelo de consenso, de integração, “na regulação e normalização dos comportamentos e na obtenção de resultados mutuamente satisfatórios” (Chumbinho, 2007, p. 89). Pretende-se agilizar o processo, obtendo resultados que satisfaçam ambas as partes. Esta agilização obtém-se, nomeadamente, pela relevância dada ao conteúdo dos actos em detrimento da sua forma (Ferreira, 2014, p. 48).

Na mesma linha, é aplicável o princípio da oralidade (artigo 2º, nº 2 da LJP), nos termos em que a discussão do litígio será regida oralmente, entre as partes e o juiz (Chumbinho, 2007, p. 92). Encontra-se estreitamente relacionado com o princípio da participação e com o princípio da imediação. Manifesta-se através da possibilidade de apresentação do requerimento inicial ou da contestação por forma oral, no atendimento ao público (Chumbinho, 2007, p. 95), como supra foi explicitado, bem como na existência de um contacto mais próximo com o juiz em sede de audiência de julgamento (Ferreira, 2014, p. 49) ou, ainda, através da possibilidade de audição das partes em audiência de julgamento (situação excepcional nos tribunais judiciais) – artigo 57º, nº 1 da LJP.

O artigo 2º, nº 2 da LJP consagra, ainda, o princípio da absoluta economia processual, que consiste na “proibição da prática de actos processuais inúteis e na redução dos actos úteis à sua expressão mais simplificada” (Chumbinho, 2007, p. 97). Nos Julgados de Paz leva-se este princípio até às suas últimas consequências, pugnando pela “determinação, pela simplicidade processual e pelos meios de que dispõem” (Ferreira, 2014, p. 49).

Por fim, temos o princípio da pacificação dos conflitos. O que se pretende é que as partes consigam resolver os seus problemas “em relação ao passado mas, também, em relação ao futuro” (Chumbinho, 2007, p. 128). Tal como o próprio nome do tribunal indica, o que se deseja é atingir a paz (social). Daí a necessidade de existência de serviços de mediação nos Julgados de Paz e, bem assim, da tentativa de conciliação no início da audiência de julgamento.

Os Julgados de Paz põe, ainda, em prática o princípio da acessibilidade permitindo o acesso ao direito a um elevado número de cidadãos que, de outra forma, não teriam capacidade para aceder aos tribunais judiciais, nomeadamente por questões económicas. As custas processuais, nos Julgados de Paz, fixam-se, como supra foi explanado, nos € 70 por processo. Sendo um valor reduzido, facilita-se o acesso à Justiça a um maior número de cidadãos, dando execução ao disposto no artigo 20º, nº 1 da CRP (Chumbinho, 2007, p. 101).

Por outro lado, os tribunais são o caminho para se pôr em prática o princípio de acesso ao direito consagrado no artigo 20º da CRP e no 2º do CPC.

Segundo Gomes Canotilho e Vital Moreira, este princípio “é, ele mesmo, um direito fundamental inerente à ideia de Estado de direito” (Canotilho & Moreira, 2007, p. 408) (Duarte, 2007, p. 13), já que “contém uma componente de efectivação de direitos e liberdades fundamentais, nos termos do artigo 2º da CRP, considerada uma tarefa fundamental do Estado, segundo o disposto no artigo 9º, alínea b) da CRP” (Rodrigues, 2013, p. 196) (Duarte, 2007, p. 87).

Por sua vez, este princípio, consagra vários direitos conexos, nomeadamente, o direito de acesso ao direito (artigo 20º, nº 1 e 2 da CRP), que

engloba o direito à informação e consulta jurídicas (Amaral, 2013, p. 172); o direito de acesso aos tribunais (artigo 20º, nº 1 da CRP) que, por sua vez, consubstancia o direito de acção e, bem assim, o direito de processo; o direito ao patrocínio judiciário (artigo 20º, nº 1, *in fine* e nº 2 da CRP) e o direito à assistência de advogado (artigo 20º, nº 2 da CRP) (Canotilho & Moreira, 2007, p. 409). Todos eles são “componentes do direito geral de protecção jurídica” (Canotilho & Moreira, 2007, p. 409).

Exige, ainda, a emissão de uma decisão em prazos razoáveis (nº 1 do artigo 2º do CPC e artigo 20º, nº 4 da CRP) e sem dilações indevidas (Canotilho & Moreira, 2007, p. 417) (Neto, 2014, p. 17). Entende-se, portanto, que uma “decisão tardia pode equivaler a uma denegação da justiça” (Freitas & Alexandre, 2014, p. 4).

Abrange também um direito a um processo de execução, isto é, a que o direito possa ser efectivado (artigo 2º, nº 1, *in fine* do CPC).

Entende-se, portanto, que o “poder judiciário, por intermédio da jurisdição, é a garantia última dos direitos subjectivos do cidadão” (Duarte, 2007, p. 15). Isto é, o processo é a última garantia que os cidadãos têm para fazer valer os seus direitos, já que os mesmos não foram respeitados em sociedade.

O Professor Reis Novais vem reforçar este entendimento ao admitir que “a negação do acesso ao direito importa (...) àquele direito fundamental, cuja protecção se fazia necessária e foi restringida” (Novais, 2003, p. 298).

Desta feita, a existência de um processo permite garantir a protecção da esfera jurídica subjectiva quando esta for violentada (Duarte, 2007, p. 17).

No fundo, o que se pretende é aplicar o Direito, realizando a Justiça e a Segurança Jurídica (Duarte, 2007, pp. 17-18).

É um “meio insuperável de realização da justiça”, nas palavras de Ronnie Preuss Duarte (Duarte, 2007, p. 19).

Concretizando, o direito de acesso ao direito, consagrado no nº 1, parte inicial do artigo 20º da CRP, abarca, como se disse, os direitos à informação e protecção jurídicas (artigo 20º, nº 2 da CRP), os quais têm consagração infraconstitucional na Lei nº 34/2004, de 29 de Julho, alterada pela Lei nº 47/2007, de 28 de Agosto, seguidamente designada pela Lei do Apoio Judiciário (LAJ).

O artigo 20º, nº 2 da CRP implica a possibilidade de todos os cidadãos terem acesso ao direito, bem como a consultas jurídicas com técnicos especializados e, bem assim, a que este direito não lhe seja privado por dificuldades económicas. Para tal, ser-lhe-á concedido apoio judiciário, nos termos da LAJ

Assim, o direito à informação jurídica incumbe o Estado a realizar acções que possibilitem o conhecimento do direito e do ordenamento legal por parte dos seus destinatários, nos termos do nº 1 do artigo 4º da LAJ, para que os mesmos consigam entender quais os direitos que lhes assistem e, bem assim, cumprir com as obrigações ou deveres que lhe cabem (Amaral, 2013, p. 172).

Por seu turno, o direito à protecção jurídica reveste as modalidades de consulta jurídica e apoio judiciário, segundo o disposto no artigo 6º, nº 1 da LAJ.

Esta protecção jurídica pressupõe a informação jurídica. Pressupõe-se que, para defesa de um direito ou cumprimento de uma obrigação, seja necessário o precedente conhecimento dos mesmos.

A protecção jurídica apenas será concedida a um cidadão que tenha visto o seu direito lesado, ou esteja em vias de o ser, e não por mera curiosidade (Amaral, 2013, p. 173).

Por outro lado, será requisito essencial que a pessoa se encontre em situação de insuficiência económica, nos termos dos artigos 8º e seguintes da LAJ.

A consulta jurídica, sendo uma das modalidades da protecção jurídica, consiste no esclarecimento técnico sobre o direito aplicável ao caso concreto (artigo 14º, nº 1 LAJ).

Já o apoio judiciário, compreende as modalidades descritas no artigo 16º da LAJ, seguindo o procedimento do artigo 19º do mesmo diploma.

Na linha do pensamento, havíamos dito que o direito de acesso ao direito abrangia o direito de acesso aos tribunais, nos termos do artigo 20º, nº 1 da CRP e que este, por seu turno, abarcava o direito de acção.

O direito de acção, consiste na faculdade que assiste a qualquer cidadão de “poder obter em juízo o reconhecimento de um direito (...) ou prevenir ou reparar a violação dele e realizá-lo coercivamente” (Rodrigues, 2013, p. 13).

Por outro lado, o direito de acção é também extensível ao próprio demandado, que pode defender-se (por excepção ou por impugnação) ou, ainda, deduzir pedido reconvenicional (Rodrigues, 2013, p. 14).

Além destes direitos, este princípio exige, ainda, a garantia do patrocínio judiciário, independentemente das condições económicas ou sociais das partes (Canotilho & Moreira, 2007, p. 411) (Amaral, 2013, p. 172). Assim, no caso de insuficiência económica, o direito envolve também o direito ao apoio judiciário e à consulta jurídica, nos termos LAJ, respeitando a igualdade entre os cidadãos (Canotilho & Moreira, 2007, p. 412).

Por fim, temos o direito a fazer-se acompanhar por advogado (artigo 20º, nº 2 *in fine* da CRP), que tem por objecto a “constitucionalização do direito ao advogado” (Canotilho & Moreira, 2007, p. 412). É uma norma com várias funções: por um lado, reconhece o advogado como sujeito constitucional⁹, por outro, admite que o acompanhamento dos

⁹ “Reconhece-o como sujeito privado que exerce funções constitucionalmente relevantes para a prossecução da justiça” (Canotilho & Moreira, 2007, p. 412)

cidadãos por advogados estará constitucionalmente associado à defesa dos direitos (Canotilho & Moreira, 2007, p. 412).

Nesta linha de pensamento encontramos o artigo 208º da CRP que pode ser dividido em dois segmentos: o primeiro diz respeito à constitucionalização das imunidades dos advogados, remetendo para os artigos 83º e 84º do EOA; o segundo refere-se ao patrocínio forense, estando estritamente relacionado com o direito de acesso ao direito e à tutela jurisdicional efectiva (artigo 20º da CRP).

Desta feita, os advogados são considerados participantes na administração da justiça (Arnaut, 2014, p. 49). Cabe-lhes igual responsabilidade na procura da solução para o caso concreto, bem como a defesa dos direitos dos cidadãos. O seu fim último é a Paz Social (Arnaut, 2014, p. 50).

O artigo 26º, nº 2 da LOSJ vem reforçar este entendimento.

Em relação ao patrocínio judiciário, encontramos o artigo 40º CPC. O patrocínio judiciário, quando obrigatório, é considerado um pressuposto processual e implica a representação das partes por advogado (Freitas & Alexandre, 2014, p. 92). Esta representação justifica-se com a “necessidade de uma actuação, no processo, de profissionais dotados de preparação técnico-jurídica indispensável à defesa dos interesses das partes.” (Freitas & Alexandre, 2014, p. 92).

Os critérios da sua exigência estão descritos nas alíneas do preceito. Atentos que o Professor Lebre de Freitas entende que a alínea a) se refere aos tribunais com alçada, o que exclui os Julgados de Paz (Freitas & Alexandre, 2014, p. 92).

Se for obrigatória a constituição de advogado e este não for, ab initio, constituído, ou, sendo concedido prazo (artigo 41º do CPC) para o seu estabelecimento e o mesmo não for cumprido, há lugar a absolvição da instância, nos termos dos artigos 577º, alínea h) e 278º, nº 1, alínea e) do CPC.

Em sede de constituição obrigatória de advogado é ainda importante ter em linha de conta o artigo 58º do CPC que estipula um conjunto de situações que obriga a parte a ser representada por profissional do foro.

Relativamente à LJP, quando se trate de representação, há que ter em conta o disposto no artigo 38º do diploma.

No seu nº 1 verificamos que, nos Julgados de Paz, as partes são obrigadas a comparecer pessoalmente em juízo, sem prejuízo de se poderem fazer acompanhar por advogado ou solicitador, se essa for a sua vontade (Ferreira, 2014, p. 174). Portanto, fala-se, aqui, de assistência do advogado e não de representação, uma vez que não há obrigatoriedade da sua constituição (Ferreira, 2014, p. 176).

Assim, independentemente de qualquer critério, a constituição de advogado, nos Julgados de Paz, por regra, não é obrigatória, salvo nos casos dos nºs 2 e 3 do artigo 38º da LJP.

Querendo fazer-se acompanhar por advogado mas, não tendo recursos financeiros suficientes, as partes poderão, sempre, recorrer ao regime do apoio judiciário, nos termos do artigo 40º da LJP.

Estas regras relativas à possibilidade de representação das partes por advogado nos Julgados de Paz encontram-se intimamente correlacionadas com o princípio da participação cívica dos interessados na administração da Justiça, consagrado no artigo 2º, nº 1 da LJP, que pretende colocar as partes numa posição activa de participação no processo. Este manifesta-se através da comparência pessoal das partes em juízo, ainda que seja permitido fazer-se acompanhar por advogado ou solicitador (artigo 38º, nº 1 da LJP); na possibilidade de participação na mediação, fase em que assumem o controlo do processo e, ainda, na audição das partes na audiência de julgamento (artigo 57º, nº 1da LJP).

Por sua vez, há que salientar ainda o contributo do princípio do estímulo ao acordo (artigo 2º, nº 1 da LJP), que consiste na prática sistemática de auxílio e incentivo ao acordo entre as partes. Nos Julgados de Paz existem dois momentos diferentes em que é fomentado o acordo entre as partes, nomeadamente, na mediação ou, quando esta é afastada, no início da audiência de julgamento, com a tentativa de conciliação (Chumbinho, 2007, pp. 58-59).

No nº 1 do artigo 20º da CRP, encontramos, ainda, o princípio do direito à tutela jurisdicional efectiva. O mesmo acontece na lei ordinária, no artigo 2º, nº 2 do CPC.

Este princípio consubstancia o pensamento de que todos os direitos devem poder ser defendidos perante os tribunais e que apenas estes poderão decidir sobre as questões de fundo, máxime, dirimir os conflitos. Representa, portanto, o direito de recurso à via judiciária (Rodrigues, 2013, p. 195).

Segundo o entendimento do Tribunal Constitucional, este princípio caracteriza-se como o “direito a uma solução jurídica dos conflitos” (Rodrigues, 2013, p. 196).

Por outro lado, justifica a inadmissibilidade da autotutela. Ambiciona-se uma justiça segundo critérios de isenção e igualdade, desprovida de “paixão e prevalência de interesses individuais sobre os interesses da colectividade” (Rodrigues, 2013, p. 196).

O Poder Judiciário continua a ser o “guardião máximo dos direitos individuais” nas palavras do Professor Vieira de Andrade (Rodrigues, 2013, pp. 196-197). Os tribunais são o local de eleição para os cidadãos poderem defender os seus direitos.

Aliás, segundo o Juiz Fernando Pereira Rodrigues, este direito de tutela jurisdicional efectiva, pela sua “natureza e relevância”, assemelha-se, mesmo, aos direitos fundamentais, podendo ser considerado, ele próprio, um direito fundamental (Rodrigues, 2013, p. 197).

Directamente relacionado com estes princípios, encontramos o princípio da igualdade das partes, consagrado no artigo 13º da CRP. Este enuncia uma obrigação para o legislador, a fim de criar leis iguais e não discriminatórias para todos os cidadãos e, bem assim, uma obrigação para o seu aplicador, ou seja, para os tribunais e agentes administrativos, no sentido de se aplicar a lei do mesmo modo em relação a qualquer destinatário (Rodrigues, 2013, pp. 59-60), em nome do princípio do contraditório (Freitas & Alexandre, 2014, p. 11) (Neto, 2014, p. 23).

No CPC, este princípio vem consagrado no seu artigo 4º. Este, enquanto concretização infraconstitucional daquele preceito, “determina que o tribunal deverá assegurar, durante o processo, um estatuto de igualdade substancial entre as partes” (Rodrigues, 2013, p. 60), permitindo a igualdade de faculdades e meios de defesa, bem como a igualdade na sujeição a ónus e cominações (Neto, 2014, p. 23), ditando, assim, a consagração do princípio da igualdade de armas (Freitas & Alexandre, 2014, p. 11).

O que se pretende é colocar as partes em situação de paridade de condições perante o tribunal (Freitas & Alexandre, 2014, p. 11) (Neto, 2014, p. 23), de forma a possibilitar os mesmos meios de acesso à Justiça. Ambas devem ser abordadas, por parte do tribunal, segundo o mesmo tratamento (Rodrigues, 2013, p. 60).

Aqui, não importa a posição processual que o cidadão tem, tendo, qualquer parte, sempre direito a igual tratamento, enquanto pessoas humanas (Rodrigues, 2013, p. 60), consagrando o princípio da dignidade da pessoa humana, nos termos do artigo 1º da CRP (Duarte, 2007, p. 83).

Não se pretende que o juiz consagre um papel de protecção e assistência em relação à parte que dela se mostre carecida (Freitas & Alexandre, 2014, p. 12). Com efeito, existem diferenças em relação às partes no processo, que serão compensadas pela “identidade formal absoluta de meios” de defesa (Freitas & Alexandre, 2014, p. 11).

O que não pode acontecer é a interdição à igualdade de oportunidades. Por outro lado, tão-pouco se poderão criar situações de desigualdade entre as partes (Rodrigues, 2013, p. 61).

Directamente conexionado com este, encontramos o princípio do contraditório, consagrado no artigo 3º do CPC. Este, proíbe que o tribunal conheça a questão de fundo sem antes ouvir as partes interessadas (Rodrigues, 2013, p. 39).

É por este motivo que o processo se encontra estruturalmente organizado de forma a possibilitar o debate entre as partes, sempre que este se mostre indispensável e, bem assim, a facilitar a enunciação de pretensões, ou dos fundamentos de facto e de direito (Rodrigues, 2013, p. 39)

Temos, além disso, o princípio da cooperação. Este encontra-se consagrado em vários preceitos do CPC, nomeadamente, nos artigos 7º, 8º e 417º.

O que se pretende com este princípio é criar uma relação de cooperação entre juízes e mandatários na busca da justiça do caso concreto, de forma expedita e eficaz (Rodrigues, 2013, p. 103).

É um dever que impende sobre todos os intervenientes no processo e exige o seu contributo para, eficazmente, se obter a justa composição do litígio. Dirige-se, portanto, quer aos tribunal, quer às partes, quer aos mandatários ou mesmo a terceiras pessoas que intervenham acidentalmente no processo (como testemunhas, peritos ou técnicos) (Rodrigues, 2013, p. 114).

No entanto, para tal será necessário afastar alguns preconceitos, “algumas inusitadas e esotéricas manifestações de um já desajustado individualismo, para dar lugar a um espírito humilde e construtivo, sem desvirtuar, no entanto, o papel que cada agente judiciário tem no processo, idóneo a produzir o resultado que a todos interessa – cooperar com boa-fé numa sã administração da justiça” (Rodrigues, 2013, pp. 102-103).

Tem-se em vista a criação de uma visão participada e cooperante no processo, com a finalidade de encontrar uma solução “adequada à realidade” (Freitas & Alexandre, 2014, p. 12).

Segundo o Professor Teixeira de Sousa, pretende-se, também, “responsabilizar as partes e o tribunal pelos seus resultados” (Sousa, 1997, p. 62).

Em relação às partes, este princípio assenta no dever de boa-fé processual (artigo 8º do CPC) (Didier Jr, 2010, p. 14). Em relação às demais figuras processuais, consubstancia um dever de recíproca correcção entre o juiz (artigo 266º da CRP) e os diferentes intervenientes no processo (Rodrigues, 2013, p. 103).

Aqui, a boa-fé deve ser entendida como uma norma de conduta para as partes (Didier Jr, 2010, p. 79). Estas deverão agir, entre si e para com o tribunal, com civilidade e honestidade.

Como em qualquer relação jurídica, a relação processual obriga cada interveniente a agir de forma a não frustrar a confiança dos outros intervenientes (Didier Jr, 2010, p. 82).

Este princípio obriga a que os pleiteantes actuem como pessoas de bem, correctos e leais (Rodrigues, 2013, p. 110), cumprindo os demais princípios do processo que são obrigados a respeitar.

Sempre que coloquem em causa este princípio, pode concluir-se por uma situação de litigância de má-fé, nos termos do artigo 542º, nº 2 do CPC (Rodrigues, 2013, p. 110).

Segundo o Professor Fredie Didier Jr, este dever de cooperação faz insurgir na esfera das partes os deveres de esclarecimento, de lealdade e de protecção (Didier Jr, 2010, p. 100).

Este dever de cooperação alarga-se ao direito probatório. As partes devem colaborar na descoberta da verdade, segundo o disposto no artigo 417º do CPC (Didier Jr, 2010, p. 14).

Em relação ao órgão jurisdicional, este princípio faz insurgir os seguintes poderes-deveres: o dever de esclarecimento; o dever de consulta; o dever de prevenção e o dever de auxílio (Didier Jr, 2010, p. 15).

O dever de esclarecimento consiste no dever de o tribunal se fazer esclarecer, acerca de dúvidas que subsistam, junto das partes, de forma a evitar decisões desacertadas, nos termos do artigo 7º, nº 2 do CPC. Por sua vez, obriga, também, o tribunal a esclarecer as partes sobre os seus pronunciamentos (Didier Jr, 2010, p. 16).

O dever de consulta impede o juiz de decidir sobre a questão de fundo sem que tenha ouvido as partes acerca das questões de facto ou de direito. Põe-se, portanto, em prática o contraditório. Aqui, “a concretização do princípio da cooperação é também uma concretização do princípio do contraditório” (Didier Jr, 2010, p. 18).

Por sua vez, o dever de prevenção concretiza-se através do convite ao aperfeiçoamento dos articulados pelas partes, nos termos dos artigos 591º, nº 1, alínea d) e 592º do CPC (Didier Jr, 2010, p. 19).

Por fim, o dever de auxílio obriga o tribunal a ajudar as partes na superação de eventuais obstáculos que as impeçam de exercer os seus direitos ou de cumprir com os ónus ou obrigações que sobre elas impendem (Didier Jr, 2010, p. 21).

Como se verifica, este plano global do princípio visa, nas palavras de Ana Paula Costa e Silva, citada pelo Professor Fredie Didier Jr, a “imputação de situações jurídicas aos diversos intervenientes processuais, que visam uma actuação colaborante ao longo do processo” (Didier Jr, 2010, p. 24).

Já o Professor José Lebre de Freitas refere-se às consequências deste princípio como sendo uma “comunidade de trabalho entre as partes e o tribunal para a realização da função processual” (Freitas, 2006, p. 168).

Do mesmo modo, a Professora Mariana França Gouveia, citada pelo Professor Fredie Didier Jr, vem reforçar este entendimento, admitindo que os deveres decorrentes do princípio da cooperação mais não são do que a “incidência do princípio da boa-fé no direito processual” (Didier Jr, 2010, p. 38).

Por fim, o Professor Fredie Didier Jr entende que a cada sujeito processual cabe uma função, mais ou menos importante, mas que contribui para o desenvolvimento e conclusão do processo (Didier Jr, 2010, p. 42). O que se busca é “uma condução cooperativa do processo, sem protagonismos” (Didier Jr, 2010, p. 47). Dito de outro modo, o que se pretende salientar é a relevância que cada sujeito processual tem no desenvolvimento do processo, sem que nenhum deles se sobreponha ao papel dos restantes.

Ainda assim, esta ideia de paridade não se consagra aquando da emissão da decisão. Esta é uma função exclusiva do juiz (Didier Jr, 2010, p. 48). Ou seja, a “actividade cognitiva é partilhada, mas a decisão é manifestação do poder, que é exclusivo do órgão jurisdicional, e não pode ser minimizado” (Didier Jr, 2010, pp. 48-49).

Por outro lado, este autor afirma, ainda, que este princípio não tem aplicação directa no nosso ordenamento jurídico, necessitando, sempre, de concretização legislativa (Didier Jr, 2010, p. 50).

O que se pretende com este princípio é a concretização de um processo “cooperativo, dialógico, leal” (Didier Jr, 2010, p. 50), que apenas se poderá fazer através de regras concretizadoras, como são as que supra foram referenciadas.

Entende, também, que este princípio é “definidor do modelo de processo equitativo”, consagrado pelo nº 4 do artigo 20º da CRP, na medida em que se pretende um processo justo e em tempo útil (Didier Jr, 2010, pp. 74-75).

4.3 Patrocínio judiciário

O patrocínio judiciário consiste na “representação das partes por um profissional do foro” (Sousa, 1997, p. 35), “na condução e orientação técnico-jurídica do processo” (Mendes, 2012, p. 105), “mediante a prática, em termos adequados, dos respectivos actos” (Neto, 2014, p. 93).

O patrocínio judiciário encontra-se instituído no interesse da administração da justiça (função social (Arnaut, 2014, p. 86)) e no interesse das partes representadas (Neto, 2014, p. 90), cumprindo os ditames do Estado de Direito Democrático (Arnaut, 2014, p. 86), nos termos dos artigos 2º e 9º, alínea b) da CRP.

Por um lado, pretende-se salvaguardar a justiça evitando o uso dos tribunais por motivos infundados, por outro, protegendo as partes, procurando impedir o uso incorrecto do processo e dos seus mecanismos (Neto, 2014, p. 90). Estas são as razões técnicas para a sua concretização constitucional (artigo 208º da CRP), segundo o Professor João de Castro Mendes (Mendes, 2012, p. 105).

As razões psicológicas prendem-se com o facto de “as partes não terem a serenidade suficiente para ajuizarem objectivamente as situações e ponderarem com inteira racionalidade os seus direitos e deveres” (Mendes, 2012, p. 105).

Por sua vez, o advogado consegue manter distanciamento suficiente em relação à causa, que lhe permite ter discernimento para decidir pela melhor actuação.

Por outro lado, geralmente, as partes não são dotadas de conhecimentos suficientes para agirem no processo e fazerem valer os seus direitos de forma adequada, daí que devam fazer-se acompanhar por advogado (Amaral, 2013, pp. 133-134) (Neto, 2014, p. 90) (Freitas & Alexandre, 2014, p. 92).

Os advogados encontram-se a actuar no exercício de uma “função que a lei considera indispensável” (Reis, 2001, p. 20) daí que o seu exercício lhes seja exclusivo.

A actividade efectuada através do patrocínio judiciário é uma forma específica de representação: a intervenção em juízo é efectuada pelo *patrono* e não pela parte; actua em nome e por conta desta, segundo os poderes que lhe foram estabelecidos, ainda que sob a sua autoria, subscrevendo o acto (Reis, 2001, p. 17).

A sua função consiste, para além da representação, numa “actividade gestional” dos interesses do seu cliente (Reis, 2001, p. 20). Esta função implica, portanto, uma actuação baseada na honestidade e na competência, levando a que o advogado se abstenha de tomar posições ou atitudes para as quais não se encontra preparado (Arnaut, 2014, p. 86).

Assim, tendo em conta estes argumentos e, bem assim, a natureza e a importância de certas causas, o legislador consagrou, no artigo 40º do CPC, alguns casos para os quais o patrocínio judiciário se torna obrigatório.

Nestes casos, passamos a falar do patrocínio judiciário como um pressuposto processual¹⁰ (Amaral, 2013, p. 134) (Neto, 2014, p. 91) (Freitas & Alexandre, 2014, p. 92) (Geraldes, 2013, pp. 134-136). Será um pressuposto processual positivo, já que é essencial a sua verificação para que o juiz conheça do mérito da causa (Amaral, 2013, p. 104).

O critério adoptado pelo legislador parece ter sido o da susceptibilidade de intervenção de um tribunal superior, bem como a possibilidade de haver ou não recurso¹¹ da decisão sobre a causa (Reis, 2001, p. 15).

¹⁰ Os pressupostos processuais “constituem os requisitos de cuja verificação depende a apreciação do mérito da causa. (...). Condicionam (...) o conhecimento do mérito da causa.” (Amaral, 2013, pp. 103-104)

¹¹ “O recurso constitui o principal instrumento de impugnação de decisões judiciais, permitindo a sua reapreciação por um tribunal de categoria hierarquicamente superior (...), conferindo maiores garantias de acerto quanto à solução do conflito ou à regulação dos interesses em causa.” (Geraldes, 2013, pp. 19-20)

De alguma forma pode fazer sentido dispensar a constituição obrigatória de advogado em causas de valor diminuto, já que a sua exigência poderia inviabilizar o recurso aos tribunais (Reis, 2001, p. 16). No entanto, nem sempre será assim, como melhor veremos mais adiante neste estudo.

Por outro lado, obriga-se à sua constituição quando o processo corre os seus termos em tribunal superior ou quando se encontra em fase de recurso. Um dos fundamentos para esta opção é o facto de dotar o processo de profissionais qualificados, de forma a auxiliarem o tribunal na busca pela solução e resolução do caso concreto eficazmente (Reis, 2001, p. 16).

Por sua vez, estes profissionais serão os únicos que abarcam os conhecimentos e a preparação técnica necessária para conduzir o processo declarativo ou um recurso (Reis, 2001, pp. 16-17).

O advogado é um prestador de serviços na medida em que disponibiliza os seus conhecimentos e experiência ao cliente com a “finalidade de lhe proporcionar um determinado resultado” (Reis, 2001, p. 27). Os seus serviços são específicos, isto é, são serviços jurídicos.

Estes serviços podem consistir, simplesmente, na emissão de uma opinião sobre o caso concreto ou no seu enquadramento jurídico, através de uma consulta jurídica (artigo 63º do EOA), bem como, habitualmente, na representação do seu cliente nos processos que correm termos nos tribunais (Reis, 2001, p. 28), através do mandato forense (artigo 62º do EOA).

Quando os cidadãos não tenham condições económicas que lhes permita aceder a um advogado, o Estado encarrega-se de tal situação, provendo pela sua incapacidade através do regime do apoio judiciário, como supra foi evidenciado. O que se pretende é garantir o *acesso a advogado*, respeitando o princípio de acesso ao direito (Reis, 2001, p. 37).

4.3.1 Mandato forense

A relação que se estabelece entre advogado e cliente, para que aquele exerça a representação forense, designa-se por mandato forense (ou mandato judicial) (Reis, 2001, p. 41) (Amaral, 2013, p. 135), encontrando-se regulado no artigo 62º do EOA, bem como nos artigos 43º e seguintes do CPC e, subsidiariamente, pelo regime do mandato com representação do CC (artigos 1178º e seguintes).

João Lopes dos Reis define o mandato forense como “o contrato pelo qual um advogado (ou um advogado estagiário ou um solicitador) se obriga a fazer a gestão jurídica dos interesses cuja defesa lhe é confiada, através da prática, em nome e por conta do mandante, de actos jurídicos próprios da sua profissão”, segundo o disposto nos artigos 1157º e 1178º, nº 2 do CC (Reis, 2001, p. 43).

O mandato judicial pode ter por objecto a prática de actos não judiciais quando o advogado pratica actos jurídicos junto de entidades não judiciais ou, pelo contrário, pode ter por objecto actos judiciais (patrocínio perante autoridades judiciais), falando-se aqui, então, em mandato judicial propriamente dito (Reis, 2001, p. 44).

O advogado tem o dever para com a comunidade de, em princípio, não recusar o patrocínio para as questões que se mostrem “viáveis e justas” (Arnaut, 2014, p. 98), seja por pedido do cliente ou por nomeação oficiosa, nos termos do artigo 85º, nº 2, alínea f) do EOA.

Deste modo, o advogado deverá recusar os patrocínios injustos, bem como aqueles em que suspeitar que o cliente virá a obter resultados ilícitos (artigo 85º, nº 2, alíneas b) e d)) ou, ainda, aqueles para os quais não tem competência ou tempo para se encarregar (Arnaut, 2014, p. 98).

Desta feita, tão pouco poderá fazer cessar o patrocínio sem motivo justificativo, segundo o disposto no artigo 95º, nº 1, alínea e) e nº 2 do EOA (Reis, 2001, p. 51).

O mandato forense é atribuído segundo uma das formas do artigo 43º do CPC, isto é, por procuração forense, escrita ou oral (Amaral, 2013, pp. 135-136). É através desta que o cliente atribui ao mandatário os poderes de representação (Reis, 2001, p. 57).

Sendo um contrato consensual, a apresentação da procuração pela forma escrita apenas serve como meio de prova, já que ele se constitui pelo simples assentimento entre as partes (Reis, 2001, p. 60).

Não obstante, há que ter em linha de conta o disposto no artigo 262º, nº 2 do CC, pelo que, para uma procuração para actos judiciais, exige-se a forma escrita (Reis, 2001, p. 63).

É, pois, neste documento escrito que o advogado e o cliente estipulam os poderes que aquele vai adquirir. Assim, para além daqueles que obrigatoriamente assistem ao advogado no âmbito da sua profissão, também se estipulam aqueles que são necessários para a sua execução (Reis, 2001, p. 66). Abrange, assim, todos os “actos necessários e convenientes à gestão dos interesses” (Reis, 2001, p. 69) do seu cliente, já que os efeitos se irão repercutir na esfera deste.

4.4 Regime da constituição de advogado nos Tribunais Judiciais (CPC)

Em qualquer tribunal é admissível que a parte se faça acompanhar por advogado. No entanto, em algumas causas, pela sua importância, esta assistência torna-se obrigatória (Amaral, 2013, p. 134).

Nos Tribunais Judiciais, o regime aplicável é o constante da conjugação do artigo 40º do CPC com o artigo 629º do mesmo diploma.

O critério adoptado pelo legislador parece ser o da susceptibilidade de recurso de uma determinada acção. Para tal, há que ter em conta dois tipos de regras, nomeadamente, a conjugação do valor da acção com o valor da alçada¹² do tribunal de que se recorre e, bem assim, o valor da sucumbência¹³ (Neto, 2014, p. 766).

Ou seja, em princípio, a parte vencida¹⁴ apenas pode recorrer da decisão se o valor da respectiva acção exceder a alçada do tribunal que a proferiu e, bem assim, se verificar um decaimento¹⁵ em, pelo menos, metade do valor dessa alçada.

Estes critérios têm em vista, segundo Abrantes Geraldês, a regulação da recorribilidade das acções, com a finalidade de os compatibilizar com outros interesses, nomeadamente, o da segurança jurídica, o da racionalização de meios ou o da celeridade processual (Geraldês, 2013, p. 35).

Os valores das alçadas de cada tribunal estão consagrados na LOSJ, nomeadamente no seu artigo 44º, nº 1. Assim, os tribunais de 1ª instância

¹² “Valor, fixado pela lei orgânica judiciária, até ao qual um tribunal de instância julga definitivamente as causas da sua competência” (Freitas, 2013). Isto é, “limite de valor até ao qual o tribunal julga sem recurso ordinário” (Geraldês, 2013, p. 34).

¹³ O valor que se tem em causa quando a decisão é desfavorável ao recorrente. Este valor tem de ser “superior a metade do valor da alçada” do tribunal de que se recorre (artigo 629º, nº 1 do CPC).

¹⁴ “Aquela que é objectivamente afectada pela decisão, ou seja, a que não tenha obtido a decisão mais favorável aos seus interesses” (Geraldês, 2013, p. 63).

¹⁵ Valor em que a parte vencida declinou. Imagine-se numa acção cujo valor seja de € 7.500, a parte do decaimento tem de ser pelo menos € 2.500,01 (Geraldês, 2013, p. 37).

comportam acções cujas causas tenham um valor até € 5.000 e os tribunais da relação, acções cujas causas tenham um valor até € 30.000. Já o Supremo Tribunal de Justiça, em princípio, não tem valor de alçada, funcionando como tribunal para recursos de revista. Ainda assim, poderá funcionar como tribunal de alçada quando a lei o determine (Freitas, 2013).

Em suma, verificamos que, por regra, nos tribunais de 1ª instância não é obrigatória a constituição de advogado, mas nos tribunais da relação, funcionando como tribunal de recurso, a sua constituição já será obrigatória, segundo o disposto no artigo 40º, nº 1 alíneas a) e b) do CPC.

No entanto, a parte final da alínea b), do nº 1 do artigo 40º do CPC, conjugada com o nºs 2 e 3 do artigo 629º do CPC, vem alargar a regra da constituição obrigatória de advogado aos tribunais de 1ª instância, admitindo que, independentemente do valor da causa, naquele tipo de acções, como se admite sempre recurso, será também obrigatória a constituição de advogado. Falamos dos casos excepcionais àquela regra.

Assim, quando a causa seja da competência de um tribunal de 1ª instância, mas admita recurso, por se integrar num dos casos do artigo 629º, nºs 2 e 3 do CPC, já será obrigatória a constituição de advogado.

Ainda assim, por norma, a constituição de advogado em tribunais de 1ª instância não é obrigatória, ficando esta bitola a valer para os recursos para o tribunal da relação.

Do exposto, entende-se que já será obrigatória a constituição de advogado nas acções que sejam interpostas nos tribunais da relação (artigo 40º, nº 1, alínea a) do CPC).

Por fim, temos o disposto no artigo 40º, nº 1, alínea c) do CPC. Este preceito vem reiterar o critério que o legislador escolheu para delinear as situações em que será (ou não) exigível a constituição de advogado: “o da

susceptibilidade de intervenção de um tribunal superior, seja por via do recurso, seja em primeira instância” (Reis, 2001, p. 15).

Desta feita, sempre que nos encontremos perante um recurso ou perante a intervenção de um tribunal superior, será obrigatória a constituição de advogado.

Quando a sua constituição for obrigatória, mas a parte não tome as providências necessária, aplicar-se-á o regime constante do artigo 41º do CPC. Assim, o tribunal notificará, oficiosamente ou a requerimento da parte contrária, a parte que não constituiu advogado, quando a tal era obrigado. Ser-lhe-á facultado um prazo para o fazer, sob pena de, ultrapassando-o sem que constitua advogado, o réu seja absolvido da instância, de não haver seguimento do recurso ou de a sua defesa ficar sem efeito, consoante o acto em causa (Amaral, 2013, p. 139).

Diferente situação da falta de constituição de advogado é a falta de procuração, nos termos do artigo 48º, nº 1 do CPC.

Aqui, o acto é praticado por um advogado, ainda que não tenha juntado procuração aos autos. Nesta situação, o juiz fixará um prazo para que o mesmo possa juntar a procuração em falta ao processo. Se a procuração tiver data anterior ao acto, o mesmo encontrar-se-á validamente praticado; no entanto, se a data for posterior, para que o acto seja considerado válido, será necessária a sua ratificação pela parte representada (Amaral, 2013, p. 139).

Quando não seja obrigatória a constituição de advogado (por regra, nos tribunais de 1ª instância), as partes poderão pleitear por si ou, se assim optarem, ser representadas por advogado estagiário ou solicitador, nos termos do artigo 42º do CPC (Reis, 2001, p. 22) (Neto, 2014, p. 92).

4.5 Regime da constituição de advogado nos Julgados de Paz (LJP)

Nos Julgados de Paz, o regime da constituição de advogado rege-se pelo mesmo princípio que o regime dos Tribunais Judiciais. Isto é, em princípio, a parte pode sempre fazer-se acompanhar por advogado nas causas que aqui corram os seus termos, ainda que a sua constituição não seja obrigatória.

Esta possibilidade de acompanhamento abrange, também, as sessões de mediação, nos termos do artigo 18º da Lei nº 28/2013 de 19 de Abril.

Não obstante, nos Julgados de Paz é sempre obrigatória a comparência pessoal das partes (artigo 38º, nº 1 da LJP) (Ferreira, 2014, p. 174).

Segundo o disposto no artigo 8º da LJP, os Julgados de Paz são competentes para causas cujo valor não exceda os € 15.000.

Ainda assim, não existe um valor a partir do qual a causa seja susceptível de constituição obrigatória de advogado, como nos Tribunais Judiciais, ou algum outro critério que faça actuar esta exigência.

No entanto, esta assistência já se tornará obrigatória nas situações do nº 2 do artigo 38º da LJP. Temos, portanto, duas situações de obrigatoriedade de constituição de advogado: o analfabetismo e o desconhecimento da língua portuguesa (artigo 38, nº 2, parte inicial da LJP).

Por sua vez, há susceptibilidade de outro tipo de situações ser abarcada por esta obrigatoriedade, nomeadamente, quando o juiz perceba que as partes se encontram em posição de “manifesta inferioridade”, pelo que será necessária a constituição de advogado.

Atenção que falamos aqui de assistência e não de representação, isto é, a parte que é assistida por advogado deverá também encontrar-se presente conjuntamente com aquele em audiência de julgamento (Ferreira, 2014, p. 176).

No entanto, no nº 3 do artigo 38º da LJP (conjugado com o artigo 62º do mesmo diploma) já nos encontramos perante uma verdadeira exigência de constituição de advogado. Aqui, este não pode apenas “assistir” a parte, sendo mesmo obrigado a representá-lo (Ferreira, 2014, p. 176).

Não obstante, esta exigência de constituição de advogado cinge-se ao recurso e à sua interposição, e não às causas cujo valor seja igual ou superior àqueles (€ 2.500,01 ou mais) e corram os seus termos em processo declarativo nos Julgados de Paz.

Assim, ainda que uma acção tenha um valor superior a € 2.500,01, não será obrigatória a constituição de advogado nos processos propostos nos Julgados de Paz.

Em suma, o que encontramos é um regime distinto do constante do CPC, em que não se exige a constituição obrigatória de advogado até que se verifique algumas das situações de “manifesta inferioridade” ou até que não se chegue à fase de recurso. Ainda assim, tendo em conta este último critério (o recurso) verificamos uma aproximação do regime constante do CPC.

Lebre de Freitas, por seu turno, entende que não será admissível a regra da obrigatoriedade de constituição de advogado, uma vez que este apenas se aplica a tribunais com alçada, excluindo, portanto, os Julgados de Paz (Freitas & Alexandre, 2014, p. 92).

4.6 Comparação dos regimes (CPC vs LJP) relativamente à constituição de advogado

As diferenças em relação a ambos os regimes incidem, essencialmente, em termos de valor e circunstâncias em que a exigência de constituição obrigatória de advogado ocorre.

Nos Julgados de Paz, esta exigência apenas se verifica quando as partes se encontrem em “manifesta inferioridade” ou quando sejam analfabetas ou desconhecedoras da língua portuguesa.

Já nos Tribunais Judiciais, são tidos em conta vários critérios, nomeadamente a susceptibilidade de intervenção de um tribunal superior e, bem assim, a possibilidade de recurso.

No entanto, diferentemente dos Julgados de Paz, nos Tribunais Judiciais, as causas de valor superior a € 5.000,01 já serão susceptíveis de constituição obrigatória de advogado. As causas de valor inferior apenas o serão se estiverem abrangidas pelo regime da susceptibilidade de recurso, independentemente do valor da causa, nos termos dos artigos 629º, nºs 2 e 3 do CPC, conjugado com o artigo 40º, nº 1, alínea b) do mesmo diploma, como supra foi referido.

Por seu turno, é sempre obrigatória a constituição de advogado quando se trate de um recurso (artigo 40º, nº 1, alínea c) do CPC).

O mesmo acontece nos Julgados de Paz. Segundo o disposto no artigo 38º, nº 3 da LJP conjugado com o artigo 62º do mesmo diploma, as causas cujo valor seja superior a € 2.500,01 (metade do valor da alçada do tribunais de 1ª instância) e independentemente do valor de sucumbência (Geraldès, 2013, p. 34), são susceptíveis de recurso, pelo que, quando interposto, tem de ser constituído advogado obrigatoriamente.

Atenção que a constituição obrigatória de advogado refere-se ao recurso (“se a ela houver lugar” – artigo 38º, nº 3, *in fine* do CPC) e não a todas as causas de valor superior a metade do valor da alçada dos tribunais de 1ª instância que corram os seus termos em processo declarativo nos Julgados de Paz.

Assim, continua a não ser obrigatória a constituição de advogado para acções que, ainda que superem este valor (€ 2.500,01), se encontrem na fase declarativa e o processo corra os seus termos nos Julgados de Paz.

Pelo contrário, encontrando-se em fase de recurso, a parte será obrigada a constituir advogado, quer para a sua interposição (nos Julgados de Paz), quer para o seu seguimento (nos tribunais de 1ª instância – artigo 62º da LJP).

4.7 Problemática da não obrigatoriedade de constituição de advogado

Do exposto surge a problemática que nos dedicamos a estudar.

O que se pretende é compreender o critério tido em conta pelo legislador para a sua tomada de posição, bem como a validade do mesmo, relativamente à opção da não obrigatoriedade de constituição de advogado nos Julgados de Paz, salvo os casos excepcionais de interposição de recurso e seu seguimento e, bem assim, os do artigo 38º, nº 2 da LJP.

Baseando-se o regime da LJP no CPC e sendo este aplicável analogicamente ao processo dos Julgados de Paz (artigo 63º da LJP), entende-se o facto de se exigir a constituição obrigatória de advogado para a interposição de um recurso e sua continuidade no tribunal de 1ª instância, nos termos do artigo 38º, nº 3 e 62º, nº 1 da LJP.

Aqui, o que se tem em conta é a especificidade do próprio recurso que, por seu turno, exige conhecimentos técnicos e jurídicos que tornam exigível a intervenção de um advogado.

Por outro lado, também se percebe o facto de se exigir a assistência obrigatória das partes por um advogado quando estas se encontrem nas situações de “inferioridade” descritas no artigo 38º, nº 2 da LJP.

Pretende-se, aqui, respeitar o princípio da igualdade, consagrado no artigo 13º da CRP, bem como no artigo 4º do CPC.

Ou seja, pretende-se colmatar a situação de “inferioridade” (desigualdade) destes cidadãos, em relação à contraparte, através da assistência de um especialista do foro.

É uma dever que impende sobre o aplicador (neste caso, o juiz de paz), com o intuito de manter a igualdade substancial entre as partes, nos termos do

artigo 4º do CPC. Evita-se, assim, a susceptibilidade do surgimento de desigualdades entre as partes.

A finalidade deste princípio é manter a igualdade substancial das partes que, neste caso, se converte na igualdade de meios de defesa (igualdade de armas).

Contudo, nas restantes acções que são propostas nos Julgados de Paz, não há uma regra que estabeleça a obrigatoriedade de constituição de advogado. Não se obriga sequer as partes a uma prévia consulta de um advogado ou de um jurista.

Esta situação é algo controversa, essencialmente, porque a maioria das acções interpostas nos Julgados de Paz ultrapassa o valor da susceptibilidade de recurso, ou não se encontra no campo de aplicação do artigo 38º, nº 2 da LJP.

Antes da alteração legislativa de 2013 poucas dúvidas se colocavam em relação ao regime, uma vez que a competência em razão do valor destes tribunais se situava no valor da alçada dos tribunais de 1ª instância e em pouco o regime se distanciava deste.

No entanto, após a alteração legislativa operada em 2013 e a subsequente alteração da LJP, a competência em razão do valor dos Julgados de Paz foi alterada para acções cujo valor não exceda os € 15.000. Obviamente, este valor veio permitir o alargamento da competência destes tribunais, o número de causas abarcadas e, ainda, permitir que acções mais relevantes e com mais rigor em termos técnicos-jurídicos fossem propostas junto dos Julgados de Paz.

Ainda assim, o legislador não alterou o critério tido em conta para a exigência de constituição obrigatória de advogado nos Julgados de Paz, continuando apenas a exigir-se a constituição obrigatória para os casos excepcionais de interposição de recurso e subsequente desenvolvimento e, bem assim, a assistência obrigatória para as situações do artigo 38º, nº 2 da LJP.

Pretendemos, assim, verificar se a opção legislativa em que assenta o regime processual dos Julgados de Paz respeita os princípios e pressupostos em que o nosso ordenamento jurídico se baseia.

Por outro lado, queremos saber, ainda, se a posição subjectiva de cada cidadão se encontra devidamente tutelada com o regime jurídico em vigor.

Como já foi evidenciado, o regime do processo civil serviu de base e inspiração para o regime do processo nos Julgados de Paz, sendo-lhe, ainda, aplicável analogicamente, por remissão do artigo 63º da LJP.

No entanto, não nos quedemos por um argumento legal.

Há, ainda, que atender aos princípios gerais do processo civil, bem como aos princípios específicos que regem o processo nos Julgados de Paz, constantes da LJP, para estudar o tema em análise.

Deste modo, entendemos que o regime legal constante da LJP, relativamente à representação (artigo 38º), tem por base os princípios da celeridade, o da acessibilidade e o da participação cívica dos interessados na administração da Justiça.

Os Julgados de Paz foram criados para emitir decisões eficazes e em tempo útil, dando consagração ao princípio da celeridade.

Por outro lado, pretende-se que seja um tribunal acessível, permitindo que um maior número de cidadãos tenha acesso à justiça, dando consagração ao disposto no artigo 20º da CRP – princípio do acesso ao direito. Para tal, estabeleceu-se uma tabela de custas de valores muito reduzidos (€ 70 por processo, como supra se referiu). Falamos, assim, do princípio da acessibilidade.

Por fim, temos o princípio da participação cívica dos interessados na administração da Justiça, consagrado no artigo 2º, nº 1 da LJP. Com este pretende-se evidenciar o contributo da participação pessoal das partes na resolução do seu próprio litígio.

Temos, portanto, três princípios que se coadunam e justificam o facto de não se exigir a constituição de advogado nos processos que corram os seus termos nos Julgados de Paz.

O entendimento do legislador foi no sentido de que a constituição obrigatória de advogado nos processos propostos nos Julgados de Paz, por um lado, atrasasse o decorrer do próprio processo, uma vez que o encheria de formalismos desnecessários. Por outro lado, levaria a um aumento dos custos do processo, uma vez que as partes tinham de pagar os honorários dos advogados, encarecendo a proposição de um processo, levando a um subsequente afastamento das partes para a resolução do litígio, permitindo que este se prolongasse no tempo.

Não obstante entendermos a relevância destes princípios e a validade destes argumentos, entendemos que outros princípios se poderão sobrepor a estes e que poderão pôr em causa esta concepção legislativa ou, pelo menos, retirar-lhe fundamento.

Referimo-nos, então, aos princípios da igualdade das partes, do acesso ao direito e, bem assim, ao da cooperação.

O princípio da igualdade das partes, consagrado no artigo 13º da CRP e no artigo 4º do CPC, evidencia a necessidade de estas se encontrarem em posição de “paridade simétrica” (Freitas & Alexandre, 2014, p. 11). Para tal, será necessário que as partes se encontrem numa situação de igualdade substancial (Rodrigues, 2013, p. 60), permitindo-lhes os mesmos meios de defesa (princípio da igualdade das armas).

Nos Julgados de Paz, não sendo obrigatória a constituição de advogado, na maioria dos casos (como pude comprovar), as partes não se faz socorrer de advogado e, como consequência, ou ficam em desvantagem em relação à parte contrária (que constituiu advogado), ou nem sequer conseguem levar o processo a termo por falta de coerência e exactidão.

Aqui, entramos num outro argumento que muitas vezes é utilizado por parte da doutrina que defende a não obrigatoriedade de constituição de advogado nos Julgados de Paz: as dificuldades económicas dos cidadãos que, por esse motivo, recorrem a este tribunal.

Os Julgados de Paz, cumprindo o princípio da acessibilidade, cobram custas de valores muito inferiores aos Tribunais Judiciais. E, por este motivo, tão-pouco exigem a constituição de advogado.

Apesar de pensarmos que este argumento é válido e forte, entendemos que não se deve sobrepor a um outro, que se baseia no princípio do acesso ao direito, nas suas vertentes de protecção jurídica e garantia de patrocínio judiciário.

Assim, ainda que as partes se mostrassem carecidas de meios económicos para poderem constituir advogado, este não poderia deixar de ser de constituição obrigatória. Para suprir esta situação, o Estado deveria reunir as condições necessárias para fazer valer o direito à protecção jurídica no âmbito dos processos que corressem os seus termos nos Julgados de Paz.

Encontramo-nos perante um direito fundamental (Canotilho & Moreira, 2007, p. 408): o direito de acesso ao direito, na vertente de protecção jurídica, nos termos do artigo 20º, nº 2 da CRP.

Este direito de acesso ao direito “engloba a inexistência de entraves económicos ao seu exercício” (Freitas, 2006, p. 91), que serão suprimidos através da concessão de apoio judiciário, nomeadamente, o pagamento dos honorários dos advogados.

Desta feita, dar-se-ia também concretização ao princípio do acesso ao direito na sua vertente de garantia do patrocínio judiciário (Canotilho & Moreira, 2007, p. 411).

Trata-se, portanto, de um direito prestacional (Canotilho & Moreira, 2007, p. 411), que requer uma actuação do Estado, dando consagração à ideia do Estado de Direito Democrático.

Este princípio, por sua vez, destina-se, também, a promover a igualdade entre os cidadãos (Canotilho & Moreira, 2007, p. 412).

Assim sendo, tendo sido o regime da LJP fundamentado nesta conjuntura, tendemos a afirmar que o legislador “manipulou” os princípios em que se baseou para justificar a opção legislativa tomada, na medida em que, assim, evitaria que o Estado tivesse uma actividade mais activa e o levasse, consequentemente, a aumentar os gastos financeiros.

Por sua vez, podemos estar a assistir a um plano mais profundo que, mediante a mitigação da figura do advogado nos Julgados de Paz, sob a lápide de direito e justiça mais rápidos e eficazes, o que se pretende mesmo é um retrocesso nos direitos processuais dos cidadãos, indo contra o princípio da proibição do retrocesso, consagrado no artigo 18º, nº 2 da CRP.

Desta feita, poderíamos afirmar com uma possível não constitucionalidade do regime constante da LJP, acerca desta matéria, por contrariedade ao princípio do acesso ao direito e pela constatação de um retrocesso nos direitos processuais dos cidadãos.

Do mesmo modo, o princípio da cooperação, pretende explicitar o papel de cada parte no processo e, bem assim, a do advogado.

O que se pretende é criar um ambiente de cooperação entre as partes com o objectivo de se encontrar justiça para o caso concreto (Freitas & Alexandre, 2014, p. 12).

No entanto, na maioria dos casos, como as partes se encontram desprovidas do distanciamento necessário em relação à causa, não conseguem cooperar activamente para a resolução do caso, não chegando a acordo e permitindo que um terceiro (o juiz de paz) decida por elas, deitando por rastro o princípio da participação cívica dos interessados na administração da justiça.

Desta forma, o advogado, sendo um elemento neutral e desprovido de qualquer relacionamento com a causa (salvo a relação profissional), seria um

contributo importante para manter um certo distanciamento em relação à causa e, assim, auxiliar as partes na chegada a um acordo.

Abílio Neto, no seu Código de Processo Civil Anotado, defende a obrigatoriedade de constituição de advogado em certos casos, já que estes são profissionais com maior preparação técnica e jurídica, de forma a garantir a defesa eficaz dos cidadãos, bem como, tendo maior experiência e conhecimentos que os leigos, consigam ter uma “exacta valoração das razões que lhes assistem em face do direito aplicável” (Neto, 2014, p. 90).

Por estes motivos, vem salientar que a constituição obrigatória de advogado para estes casos é instituída no interesse público, bem como no interesse das partes que se encontram representadas por eles. No interesse público porque “a boa administração da justiça exige um pleito conduzido de modo competente” e, bem assim, no interesse das partes, porque estas não dispõem dos “conhecimentos técnicos necessários à boa condução da causa”, faltando-lhes também a “serenidade desinteressada que essa boa condução do litígio exige” (Neto, 2014, p. 90).

Por experiência retirada no estágio curricular, posso admitir que, na maioria dos casos em que as partes se faziam acompanhar por advogado, o número de acordos (ou, pelo menos, a probabilidade de lá se chegar) era muito superior àqueles casos em que nenhuma das partes (ou apenas uma) se fazia acompanhar por advogado. Nestes casos, as partes insistiam em que apenas elas tinham razão e não se conseguia (ou muito raramente) chegar a um ponto de concordância.

Não se pretende destruir a essência aos Julgados de Paz, mas antes reiterá-la, pelo que esta proposta seria um bom contributo nesse sentido.

Do mesmo modo, não somos a única corrente que pugna por esta opção. Existem muitos autores que defendem a mesma tese, mesmo antes da alteração legislativa de 2013.

Neste sentido, encontramos Orlando Guedes da Costa que admite que os advogados são indispensáveis para a administração da Justiça num Estado de Direito. A sua missão é a defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos (Costa, 2006, p. 237).

Do mesmo modo, encontramos João Sevivas que, na sua obra datada de 2007, já defendia a constituição obrigatória de advogado nos Julgados de Paz. Nas suas palavras, “os advogados não só estão preparados para litigar mas, sobretudo, para conciliar (...)” e são os que “melhores soluções” encontram para os casos concretos (Sevivas, 2007, p. 183).

Segundo este autor, o “cidadão menos culto estará sempre numa situação precária”, vendo a sua posição ser enfraquecida por aquele que melhor se preparou, ou por aquele que melhor se encontra assistido. É certo que o juiz pode sempre tentar contrariar esta situação. No entanto, esta situação levaria sempre a um distanciamento em relação às suas verdadeiras funções como julgador (Sevivas, 2007, p. 183).

Por outro lado, defende ainda que, mais do que em qualquer outro tribunal, o advogado será necessário nos Julgados de Paz para colmatar a “quase ausência de formalismos” (Sevivas, 2007, p. 184).

Já o acordo, ainda que seja relevante que exista, leva a que muitas vezes as partes renunciem a importantes direitos sem qualquer tipo de consciência. Esta situação não ocorreria se a parte se fizesse acompanhar por advogado, experiente e sábio na matéria (Sevivas, 2007, p. 184).

Do mesmo modo, na fase de audiência de julgamento, se uma parte se faz acompanhar por advogado, mas a outra não, estamos perante uma situação de clara desigualdade entre as partes: uma vai ter um entendimento e um acesso à informação jurídica completamente distinto da outra (Sevivas, 2007, p. 184), pondo-se em causa o princípio da igualdade das partes e, bem assim, o princípio da igualdade de armas.

Este autor entende que na fase inicial do processo ainda se poderia aceitar a não obrigatoriedade de constituição de advogado mas, tal situação seria de repudiar na fase de audiência de julgamento, na qual já se discute “matéria de facto e, principalmente, matéria de direito” (Costa, 2006, p. 184).

Do mesmo modo, o autor avança como solução a constituição de advogado facultativa até à fase de mediação, mas a sua obrigatoriedade a partir desta, ou seja, a partir do início da audiência de julgamento (Costa, 2006, p. 185).

Por seu turno, Cardona Ferreira também admite, na sua obra mais recente sobre os Julgados de Paz (2014), que a exigência sobre a obrigatoriedade de constituição de advogado possa ser maior nos Julgados de Paz do que nos Tribunais Judiciais, uma vez que o valor das causas que aqui dão entrada é muito superior ao valor das causas de 1ª instância (Ferreira, 2014, p. 176).

Já numa obra anterior, nomeadamente *Justiça de Paz – Julgados de Paz, abordagem numa perspectiva de Justiça, Ética, Paz, Sistemas e Historicidade*, o mesmo autor havia afirmado que se deveria tornar obrigatória a presença de advogado durante todo o processo cuja causa fosse de valor superior àquelas em que há susceptibilidade de recurso (Ferreira, 2005, p. 58).

Por fim, temos outro autor que também se debruçou sobre o assunto: Ronnie Preuss Duarte.

Para este autor, negar algumas garantias processuais aos cidadãos equivale a uma ausência de legitimidade do ordenamento jurídico (Duarte, 2007, p. 18).

O processo será um fim e não um meio para se atingir e realizar a Justiça; privando os cidadãos das garantias de defesa, privamo-los também do direito, segundo o seu raciocínio (Duarte, 2007, p. 19).

O direito à justiça será, portanto, indissociável do Estado de Direito, pelo que não se pode falar em Estado de Direito Democrático na sua plenitude se os cidadãos forem privados de igualdade de condições no acesso aos tribunais e à tutela dos respectivos direitos (Duarte, 2007, pp. 88-89).

Tal como outros autores, Ronnie Preuss Duarte afirma que o direito de acesso ao direito “envolve uma dimensão prestacional” (Duarte, 2007, p. 141), pelo que, sendo o patrocínio judiciário obrigatório (ou não), quando a parte tenha (ou queira fazer-se acompanhar por advogado), mas não tenha recursos suficientes, o Estado deverá providenciar por tal deficiência, socorrendo os cidadãos e prestando-lhe o apoio de que necessitam (neste caso, seria o pagamento dos gastos provenientes da constituição de advogado).

Para salientar ainda mais esta posição, podemos também evidenciar outros regimes jurídicos em que os Julgados de Paz requerem a constituição de advogado, mas que, no entanto, não deixam de respeitar os princípios em que se baseiam, nomeadamente, o da participação cívica dos cidadãos na administração da Justiça e, ainda, o princípio da celeridade.

Temos, portanto, o regime espanhol: a LEC de 2000, estabelece no seu artigo 23º, nº 1, a obrigatoriedade de as partes comparecerem em juízo representadas por *procurador*¹⁶. Excepcionam-se os casos do nº 2 do preceito: ou seja, os casos menos solenes de valor não superior a € 901,52 (Reis, 2001, pp. 22-23).

Do exposto, podemos propugnar que o nosso entendimento vai no sentido de tornar obrigatória a constituição de advogado nos processos propostos nos Julgados de Paz.

Além dos argumentos que já referi, posso ainda transmitir alguns exemplos adquiridos da experiência do estágio curricular no Julgado de Paz de Lisboa.

A maioria dos cidadãos que se dirigia ao Julgado de Paz, expunha o seu problema no atendimento ao público, pretendendo fazer valer um direito sem qualquer fundamento ou, muitas vezes, sem sequer estar em condições de o fazer

¹⁶ “Em Espanha, são os profissionais do foro a quem compete, em exclusivo, a representação das partes em juízo. Aos advogados compete a direcção e a defesa das partes, ou a sua assessoria e aconselhamento jurídicos” (artigos 436º e 438º da Lei Orgânica do Poder Judicial espanhola – Ley nº 6/1985 de 1 de Julio (Reis, 2001, p. 22).

valer. Por exemplo, quando o direito já havia prescrito ou quando não eram titulares do direito em causa, mas antes uma terceira pessoa.

Estas situações demonstram a falta de conhecimentos jurídicos por parte do cidadão comum, levando à necessidade de acompanhamento ou assistência por parte de um profissional do foro.

Por outro lado, em sede de audiência de julgamento, também surgiram alguns casos que me despertaram o interesse neste tema e me levaram ao seu subsequente estudo. Falamos, nomeadamente, no desequilíbrio a nível intelectual e técnico entre as partes assistidas por advogado e não assistidas por advogado.

Aquelas que se encontravam assistidas por advogado entendiam mais rapidamente o que se encontrava em discussão, ainda que não fossem providas de formação na área jurídica, uma vez que tinham alguém que lhes poderia decifrar todo o desenvolvimento da audiência de julgamento.

De facto, não basta chegar à audiência de julgamento e expor aquilo que aconteceu. É preciso ir mais além. É necessário discutir, não só matéria de facto, mas, essencialmente, matéria de direito. E, para tal, na maioria dos casos um cidadão comum não se encontra preparado.

Além desta situação, na audiência de julgamento, também há lugar a produção de prova. Aqui, mais uma vez, se consegue denotar a falta de preparação dos cidadãos.

Numa audiência de julgamento a que assisti, uma parte encontrava-se assistida por advogado e a outra parte não. Esta parte que não se encontrava assistida por advogado, permitiu que a audiência decorresse com normalidade até à fase das alegações, sem que tivesse percebido que os documentos que trazia consigo podiam servir como prova. Ora, apenas na fase das alegações é que a parte enunciou os documentos que detinha e que provavam as suas alegações.

Esta situação levou a que o juiz tivesse de inverter o sentido da audiência de julgamento, a fim de providenciar pela possibilidade da sua apresentação.

Levou ao adiamento da audiência de julgamento e à subsequente perda de tempo, meios materiais e humanos e, bem assim, um maior gasto financeiro para as partes que tiveram de voltar ao tribunal para uma outra sessão da audiência de julgamento.

No entanto, este tipo de situações não demonstra muito rigor e pode mesmo dar lugar a suspeitas sobre a imparcialidade do juiz.

Por outro lado, também pude comprovar que nos casos em que as partes se encontravam acompanhadas por advogados conseguia-se chegar mais facilmente a um acordo entre elas, uma vez que estes providenciavam pelo distanciamento e lucidez necessários em relação à causa, permitindo uma solução própria para o seu caso concreto.

Por fim, houve casos ainda em que, por falta de experiência jurídica, as partes tiveram de desistir da instância, já que a causa não se mostrava viável, por exemplo, por falta de provas. No entanto, apenas se aperceberam desta situação quando se encontravam na fase de audiência de julgamento, levando a que perdessem tempo e dinheiro com uma causa sem exequibilidade.

Com tudo isto conseguimos dar a entender alguns dos motivos que nos levaram a debruçar sobre o tema em causa e defender a tese da constituição obrigatória de advogado nos processos que corram os seus termos nos Julgados de Paz.

As partes quando não são acompanhadas por advogado não conseguem proteger-se e agir convenientemente.

Ainda que os Julgados de Paz sejam um meio bastante eficaz para que os cidadãos possam fazer valer os seus direitos, não se pode pôr em causa os valores da Justiça e da Segurança Jurídica em prol de decisões mais expeditas. Isto não é Justiça (ou, pelo menos, não é só isto!).

Propugnamos, portanto, um entendimento distinto.

Admitimos que os Julgados de Paz são eficazes ao emitirem decisões mais rápidas. No entanto, não se garante que sejam boas decisões. Não por falta de preparação do juiz, mas porque a parte pode não ter conseguido defender-se convenientemente, ou não ter sabido apresentar o requerimento de forma a tutelar todos os seus direitos, entre outras situações.

O juiz cumpre o seu papel de juiz e, ainda que possa providenciar pela diminuição de diferenças entre as partes, nos termos do artigo 38º, nº 2, *in fine* da LJP, não é defensor de nenhuma delas, apenas tendo de cumprir o seu papel de julgador.

Os tribunais, enquanto órgãos de soberania do Estado (artigo 110º, nº 1 da CRP), desenvolvem a função jurisdicional, expressa no artigo 202º, nº 2 da CRP (Miranda, 2010, p. 11;20). Esta função consiste na prossecução da actividade de declaração do direito, bem como na emissão de decisões sobre questões jurídicas (Miranda, 2010, p. 24). Isto é, “define-se o Direito ao concreto perante a situação da vida ou, em abstracto, na apreciação da constitucionalidade e da legalidade dos actos jurídicos” (Miranda, 2010, p. 30).

Desta feita, para concretização desta actividade encontram-se os juízes, enquanto titulares deste órgão (Miranda, 2010, p. 24).

Os juízes de paz têm, portanto, como função proferir decisões sobre questões submetidas aos Julgados de Paz, nos termos do artigo 26º, nº 1 da LJP.

Ainda que devam assumir um papel conciliador, nos termos do artigo 26º, nº 1, *in fine* da LJP, não podem assumir uma posição assistencial ou de aconselhamento, sob pena de extravasarem os limites dos seus poderes.

Mesmo nas situações do artigo 38º, nº 2 da LJP, o juiz não assume um papel assistencial, antes encontrando-se a cumprir uma das suas competências, providenciando pela igualdade substancial das partes e dando consagração ao princípio da igualdade das partes, na sua vertente da igualdade das armas.

Neste sentido, os juízes têm de ser imparciais e neutros quer em relação à causa, quer em relação às partes. Não podem tomar partido, nem ser tendenciais em relação a nenhuma das partes.

Assim, quando o juiz deixa de exercer as suas funções enquanto julgador e passa a exercer um papel assistencial, deixa de ser um elemento neutro e imparcial, pondo em causa o seu papel, bem como os poderes do próprio órgão de soberania que representa.

Para evitar esta situação existe o regime de impedimentos e suspeições, consagrado nos artigos 115º e seguintes do CPC, aplicável aos juízes de paz por remissão do artigo 21º, nº 1 da LJP.

Desta forma, verificamos que o regime em vigor poderá, de certa forma, impelir o juiz neste tipo de situações, ainda que não o queira. E, mais ainda, nos Julgados de Paz onde o número de casos em que a falta de informação jurídica em relação às partes é bastante elevado, facilitando-se uma atitude desviante por parte do juiz.

Por outro lado, há ainda que evidenciar um conjunto de vantagens que as partes retirariam se se propugnasse por uma regra de obrigatoriedade de constituição de advogado nos Julgados de Paz ou, pelo menos, por um regra de assistência ou pré-consulta obrigatórias.

Os advogados são os profissionais do foro com conhecimentos específicos para a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Portanto, serão aqueles que melhor saberão providenciar pela defesa da posição subjectiva do cidadão leigo.

E não falamos apenas de defesa dos direitos; eles saberão, em princípio, se um direito nos assiste ou não, de que forma o podemos pôr em prática e como expô-lo da melhor forma, ao contrário, na maioria dos casos, do cidadão comum.

A eles cabe-lhes “pugnar pela boa aplicação das leis e pela rápida administração da justiça” (Arnaut, 2014, p. 92).

Os advogados saberão não só a melhor forma de defender os direitos dos cidadãos, como também se a sua posição subjectiva é susceptível ou não de ser defendida. Eles estudam previamente cada caso e emitem uma “opinião conscienciosa” sobre o mesmo, de forma a elucidar o seu cliente acerca do problema em causa e da sua viabilidade (Arnaut, 2014, p. 97).

O que se pretende é evitar que os tribunais fiquem lotados com causas desnecessárias e inexequíveis. Recordo-me que, durante o estágio curricular no Julgado de Paz de Lisboa, foram vários os casos propostos que incidiam sobre questões de relações entre condóminos com pouca viabilidade. Eram situações que podiam ser resolvidas em sede de assembleia de condóminos e que, muitas vezes, tinham por base questões pessoais que deveriam ser resolvidas fora do tribunal. No entanto, chegavam ao Julgado de Paz e levavam a que se perdesse tempo e recursos financeiros a tentar resolver uma questão básica que, por vezes, se referia apenas a regras de educação e cordialidade.

Se estas partes tivessem providenciado por uma consulta prévia a um advogado, este, no exercício das suas funções, aconselhá-los-ia a resolverem a questão em privado e não em tribunal, onde qualquer pessoa poderá, por exemplo, assistir a uma audiência de julgamento porque é pública e, assim, aperceber-se da sua vida privada.

Por sua vez, os advogados também assumem um papel conciliador. Devem prover pela “rápida administração da justiça” (Arnaut, 2014, p. 92) e para tal incentivar ao acordo mútuo entre as partes, permitindo que resolvam as suas disparidades, satisfazendo-se mutuamente.

Neste sentido, pude também constatar durante o estágio curricular no Julgado de Paz de Lisboa que, em muitos casos, quando as partes não se faziam acompanhar por advogado, muito dificilmente chegavam a acordo. Nestes casos, faltava-lhes um elemento neutro e distante em relação à causa, que seria o advogado.

Aliás, a maioria dos casos em que se chegava a acordo, as partes faziam-se acompanhar por advogado.

O advogado não deve partilhar com o cliente “sentimentos de ódio ou de vingança” (Arnaut, 2014, p. 98), devendo reprimi-los e levar o cliente a adoptar a mesma posição, com o intuito de se chegar a uma solução para o caso de forma mais expedita.

Neste sentido desemboca o dever de solidariedade, consagrado no artigo 106º do EOA, que impõe uma relação de confiança e, mais importante, de cooperação entre os advogados na busca da solução para o caso concreto, em benefício dos seus clientes, bem como em evitar litígios inúteis, trazendo à colação, novamente, a ideia do desentupimento dos tribunais (Arnaut, 2014, p. 98).

Por tudo isto, entendemos que a questão da constituição obrigatória de advogado nos processos propostos nos Julgados de Paz seria, não só vantajosa para as partes, pelos exemplos e argumentos supra identificados, mas também serviria para exaltar o próprio espírito dos Julgados de Paz: emissão de decisões de forma mais rápida e eficaz, bem como a sua característica conciliadora.

Neste sentido, não se pretende afirmar que o regime actual não valha. Não existem melhores ou piores regimes. O que entendemos é que o Direito se encontra em constante mutação, susceptível de reformas e melhoramentos, como é o caso do regime dos Julgados de Paz.

Pelo exposto defendemos uma alteração do regime em vigor no sentido de se tornar obrigatória a constituição de advogado nos processos interpostos nos Julgados de Paz.

Assim, haveria que providenciar por alteração legislativa que teria em linha de conta o critério que vale para o processo civil, tomado como regime regra e de influência.

Este critério consiste na susceptibilidade de intervenção de um tribunal superior, ou então, a susceptibilidade de recurso da causa.

Desta feita, adaptando este critério ao processo dos Julgados de Paz, as acções que fossem de valor superior a € 2.500,01, seriam susceptíveis de recurso, nos termos do artigo 38º, nº 3 da LJP conjugado com o artigo 62º, nº 1 do mesmo diploma, pelo que, as causas que fossem de valor igual ou superior a € 2.500,01, e corressem os seus termos em processo declarativo nos Julgados de Paz, também seriam de constituição obrigatória de advogado.

Mas, em alternativa e, não querendo tornar o regime processual dos Julgados de Paz mais exigente do que o regime processual dos Tribunais Judiciais, podíamos sempre adaptar este critério ao valor das causas susceptíveis de recurso nos tribunais judiciais, segundo o disposto no artigo 40º, nº 1, alínea a) do CPC, isto é, € 5.000,01 ou mais. Assim, todas as causas que corressem os seus termos em processo declarativo nos Julgados de Paz e que tivessem um valor superior a € 5.000,01, seriam objecto da regra que lhes exigiria a constituição de advogado.

Esta seria a nossa proposta, que tem como finalidade acautelar a posição subjectiva dos cidadãos, sem deixar de lado os próprios Julgados de Paz, enquanto modelo de justiça, respeitando os seus princípios e o seu espírito.

5 Conclusão

Em síntese pretende-se demonstrar com este estudo que o legislador, ainda que com bons propósitos, não conseguiu conjugar as últimas alterações legislativas com as subsequentes consequências.

No fundo, o que se quer é abrir um espaço para discussão com a finalidade de se atingir uma solução que seja satisfatória em todos os pontos de vista evidenciados.

Não obstante, não podemos olvidar que falamos de Direito e de Justiça. Estes são a causa final de qualquer sistema, no entendimento de Cardona Ferreira (Ferreira, 2005, p. 27).

“Há que ter sistemas úteis à Justiça” (Ferreira, 2005, p. 28). No entanto, não se pode esquecer que “esta bebe as suas raízes na Cidadania, na Democracia” (Ferreira, 2005, p. 28).

Assim, há que desenvolver sistemas que permitam alcançá-la, como será o caso dos Julgados de Paz.

Não obstante, todos os sistemas deverão ter como norte a Cidadania e a Democracia (Ferreira, 2005, p. 29) e, a bem dizer, o Estado de Direito.

Portanto, qualquer sistema que vise alcançar a Justiça mas, para tal, produza atropelos aos valores mais básicos de um ordenamento jurídico, não poderá ser considerado um sistema válido.

Parece-nos que é o que se passa com os Julgados de Paz.

Em prol de uma Justiça mais rápida e necessitada da intervenção das partes, incorreu-se pela opção legislativa da não obrigatoriedade.

“Como bons portugueses que somos”, se não é obrigatório não é necessário! Mas não é assim!

Urge mais e melhor direito e para tal é necessário que as partes se informem e façam valer os seus direitos de forma eficaz, pelo seu bem e pelo bem da administração da Justiça.

Por outro lado, a representação das partes por advogados não significa colocar de lado o princípio da participação cívica dos interessados. O espírito do sistema dos Julgados de Paz já se encontra imbuído pela classe jurídica e quando se chega a este tribunal são os próprios advogados que incitam ao diálogo entre as partes, permitindo, muitas vezes, que se alcance um acordo, rápida e eficazmente.

Quem se encontra bem informado sabe que vai conseguir fazer valer melhor os seus direitos fazendo-se acompanhar por advogado.

Mas, a nossa proposta vai mais além: pretende-se salvaguardar a esfera jurídica daqueles que são menos informados ou que têm menos recursos para aceder ao direito e ao advogado, ou, ainda, aqueles outros que simplesmente acham que se encontram em condições de sozinhos fazer valer as suas pretensões.

Para tal evidencia-se também a obrigação prestacional por parte do Estado no suprimento das incapacidades dos cidadãos.

Concluindo, deixamos o tema em aberto para que o leitor possa reflectir e quiçá enveredar pela posição da alteração do regime em vigor.

Se assim não for, ao menos conseguimos desbravar caminho no sentido de discussão e contestação acerca do tema em estudo.

Bibliografia

- Amaral, P. d. (2013). *Direito Processual Civil* (11^a Edição ed.). (S. Edições Almedina, Ed.) Coimbra: Almedina.
- Arnaut, A. (2014). *Iniciação à Advocacia, História. Deontologia. Questões Práticas* (11^a Edição Revista, Reimpressão ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Canotilho, J. G., & Moreira, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa Anotada* (4^a Edição Revista ed., Vol. I). Coimbra Editora.
- Casanova, N. S. (s.d.). OA. Obtido em 27 de 11 de 2014, de OA: http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=31559&idsc=30349&ida=31217
- Chumbinho, J. P. (2007). *Julgados de Paz na Prática Processual Civil. Meios Alternativos de resolução de Conflitos. Mediação. Conciliação. Arbitragem e Negociação*. Lisboa: Quid Juris. Sociedade Editora.
- Costa, O. G. (2006). *Direito Profissional do Advogado. Noções Elementares* (4^a Edição, Revista e Actualizada ed.). Coimbra: Almedina.
- Didier Jr, F. (2010). *Fundamentos do Princípio da Cooperação no Direito Processual Português* (1^a Edição ed.). Coimbra: Wolters Kluwer; Coimbra Editora.
- Duarte, R. P. (2007). *Garantia de Acesso à Justiça - Os Direitos Processuais Fundamentais*. Coimbra Editora.
- Ferreira, J. O. (2005). *Justiça de Paz. Julgados de Paz. Abordagem numa perspectiva de Justiça/ Ética/ Paz/ Sistemas/ Historicidade*. Coimbra Editora.

- Ferreira, J. O. (2014). *Julgados de Paz. Organização, Competência e Funcionamento (Lei nº 78/2001, de 13 de Julho, na redação da Lei nº 54/2013, de 31.07). O que foram. O que são os Julgados de Paz. E o que podem vir a ser.* (3ª Edição, Revista, reformulada e atualizada ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Freitas, J. L. (2006). *Introdução ao Processo Civil - conceito e princípios gerais* (2ª Edição ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Freitas, J. L. (2013). *A Acção Declarativa à luz do Código de Processo Civil de 2013* (3ª Edição ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Freitas, J. L., & Alexandre, I. (2014). *Código de Processo Civil Anotado* (3ª Edição ed., Vol. 1º (artigos 1º a 361º)). Coimbra: Coimbra Editora.
- Geraldes, A. S. (2013). *Recursos no Novo Código de Processo Civil.* Coimbra: Almedina.
- Gouveia, M. F. (2012). *Curso de Resolução Alternativa de Litígios* (2ª Edição ed.). Almedina.
- Mendes, J. d. (2012). *Direito Processual Civil - Apontamentos das lições redigidas com a colaboração de um grupo de Assistentes* (Vol. II). Lisboa: AAFDL.
- Miranda, J. (2010). *Manual de Direito Constitucional - Actividade Constitucional do Estado* (4ª Edição ed.). Coimbra: Wolters Kluwer, Portugal; Coimbra Editora.
- Neto, A. (2014). *Novo Código de Processo Civil Anotado* (2ª Edição Revista e Ampliada ed.). Coimbra: Ediforum, Edições Jurídicas, Lda.
- Novais, R. J. (2003). *As restrições aos Direitos Fundamentais não expressamente autorizadas pela Constituição.* Coimbra: Coimbra Editora.

- Otero, P. (2010). *Direito Constitucional Português, Identidade Constitucional* (Vol. I). Coimbra: Almedina.
- Pedroso, J., Trincão, C., & Dias, J. P. (2003). *Por Caminhos da (s) Reforma (s) da Justiça*. Coimbra Editora.
- Pereira, J. T. (2002). *Julgados de Paz. Organização, Trâmites e Formulários*. Lisboa: Quid Juris? Sociedade Editora.
- Reis, J. L. (2001). *Representação Forense e Arbitragem*. Coimbra Editora.
- Rodrigues, F. P. (2013). *O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes*. Coimbra: Almedina.
- Seivas, J. (2007). *Julgados de Paz e o Direito*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Silva, R. S., & Cardoso, A. B. (s.d.). OA. Obtido em 27 de 11 de 2014, de OA:
http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=31559&idsc=30347&ida=31203
- Sousa, M. T. (1997). *As Partes, o Objecto e a Prova na Acção Declarativa* (1ª Reimpressão ed.). Lex.
- Sousa, M. T. (1997). *Estudos sobre o novo processo civil* (2ª Edição ed.). Lisboa: Lex.

Índice

| | | |
|-------|--|----|
| 1 | Introdução | 1 |
| 2 | Relatório de Estágio | 2 |
| 2.1 | Relato das actividades desenvolvidas | 2 |
| 2.2 | Conclusão e remissão para o tema proposto | 4 |
| 3 | Julgados de Paz | 6 |
| 3.1 | Origem | 6 |
| 3.2 | Regimes semelhantes | 8 |
| 3.3 | Organização | 10 |
| 3.4 | Competência | 14 |
| 3.5 | Processo | 16 |
| 3.5.1 | Fase Inicial | 16 |
| 3.5.2 | Fases da Pré-Mediação e da Mediação | 18 |
| 3.5.3 | Fase da Audiência de Julgamento | 20 |
| 3.6 | Comparação com o processo declarativo nos Tribunais Judiciais..... | 25 |
| 4 | Questão da não obrigatoriedade de constituição de advogado nos processos propostos nos Julgados de Paz | 28 |
| 4.1 | Origem e evolução da profissão de advogado | 28 |
| 4.1.1 | Antiguidade Oriental | 28 |
| 4.1.2 | Antiguidade Clássica..... | 28 |
| 4.1.3 | Idade Média..... | 29 |
| 4.1.4 | A advocacia ao longo do período das Ordenações | 29 |
| 4.1.5 | A advocacia na actualidade..... | 30 |
| 4.2 | Normas e princípios | 31 |
| 4.3 | Patrocínio judiciário | 45 |

| | | |
|-------|---|----|
| 4.3.1 | Mandato forense | 48 |
| 4.4 | Regime da constituição de advogado nos Tribunais Judiciais (CPC) | 50 |
| 4.5 | Regime da constituição de advogado nos Julgados de Paz (LJP) | 53 |
| 4.6 | Comparação dos regimes (CPC vs LJP) relativamente à constituição de advogado | 55 |
| 4.7 | Problemática da não obrigatoriedade de constituição de advogado | 57 |
| 5 | Conclusão..... | 74 |
| | Bibliografia..... | 76 |
| | Índice | 79 |